

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO

ANTÔNIO ARTHUR CRUZ DO NASCIMENTO

**MUDANÇA E INOVAÇÃO CAMPONESA: A ECONOMIA DA MANIVA (MANIHOC
UTILÍSSIMA CRANTZ) NA COMUNIDADE DE TRACUATEUA DA PONTA,
SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ - PA**

Belém – PA
2019

ANTÔNIO ARTHUR CRUZ DO NASCIMENTO

**MUDANÇA E INOVAÇÃO CAMPONESA: A ECONOMIA DA MANIVA (MANIHOC
UTILÍSSIMA CRANTZ) NA COMUNIDADE DE TRACUATEUA DA PONTA,
SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ - PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Orientador: Professor Doutor Francisco de Assis Costa

Belém – PA
2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)**

N244m Nascimento, Antônio Arthur Cruz do
Mudança e inovação camponesa: a economia da maniva
(manihoc utilíssima crantz) na comunidade de Tracuateua da
Ponta, Santo Antônio do Tauá - PA / Antônio Arthur Cruz do
Nascimento. — 2019.
103 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Francisco de Assis Costa
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de
Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará,
Belém, 2019.

1. inovação camponesa, mudança camponesa,
maniva, economia local. . I. Título.

CDD 910.1333

ANTÔNIO ARTHUR CRUZ DO NASCIMENTO

**MUDANÇA E INOVAÇÃO CAMPONESA: A ECONOMIA DA MANIVA (MANIHOC
UTILÍSSIMA CRANTZ) NA COMUNIDADE DE TRACUATEUA DA PONTA,
SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ - PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Orientador: Professor Doutor Francisco de Assis Costa

Avaliada em: __/__/____

Banca Avaliadora:

Prof. Dr.: Francisco de Assis Costa (Orientador – PPGDSTU/NAEA/UFPA)

Prof. Dr. Harley Silva (Examinador Externo – PPGE/ICSA/UFPA)

Prof. Dr.: Ricardo Teophilo Folhes (Examinador Interno – PPGDSTU/NAEA/UFPA)

Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes (Examinador Interno – PPGDSTU/NAEA/UFPA)

Belém –PA
2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço de todo coração a todos que estiveram envolvidos no percurso que desemboca nesta pesquisa. Agradeço a Deus, pela oportunidade e pela paixão pelo conhecimento, sou grato a minha mãe, Altina, que desde tão cedo me mostrou o mundo da leitura com muita doçura e entusiasmo. Agradeço a minha família, toda, que sempre acreditou em mim e nos meus sonhos, me dando força e suporte, em especial também à tia Mercês, e a minha avó Eunice.

Agradeço, sobretudo, a quatro pessoas fundamentais que estiveram presentes de forma muito particular em toda a minha trajetória no mestrado, a Rafa, Vanessa, Giovani e ao Phelipe, sem a participação deles, dificilmente este sonho se concretizaria como tal.

A Rafa pela insistência em vir comigo no dia da inscrição, pelas nossas noites de estudo no período da seleção e por toda a força desde muito tempo. Agradeço também a Vanessa, de tão intensa e profunda irmandade me abrigando em Belém no período das disciplinas e, que de fato, fora um período muito difícil, mas muito mais doce, engraçado e suportável quando compartilhado com ela e a sua família. Ao Giovani, por estar ao meu lado me dando forças em períodos conturbados e difíceis, grande amigo de boas trocas e muita força. Ao Phelipe, que mais que companheiro, é um amigo e parceiro, acreditou e me ajudou muito a aperfeiçoar este trabalho e a finalizá-lo também, seu apoio foi imprescindível.

Aproveito para agradecer pelo ambiente fraterno, colaborativo e divertido proporcionado pelos colegas do Dadesa e do PPGE, foi muito fortuito conquistar a amizade da Íris, Tinmi, Zíngara, Rogger, Higor e Arthur. O ambiente do laboratório foi fundamental. Sou muito grato também as reuniões dos sábados e das contribuições valiosas do Professor Harley, Professor Danilo e do Professor Ricardo, sem as quais tampouco seria viável amadurecer os passos que culminam neste trabalho.

Com grande satisfação, agradeço ao professor Chiquito, por acreditar nesta pesquisa e ser o orientador parceiro, compreensivo, atento e sobretudo ético, preocupado com a qualidade dos trabalhos que ajuda a construir mas também com o ambiente fraterno e amigável no qual suas pesquisas e as de seus orientandos ganham forma.

Agradeço ao CNPq, por prover fomento para este trabalho e, ao NAEA, por receber com muita hospitalidade todos que nele escrevem parte das suas histórias.

Com entusiasmo, agradeço aos moradores de Tracuateua da Ponta, à professora Joanete pela hospitalidade nos primeiros campos, a todos os que me receberam em seus trabalhos e em suas casas, ao colega e amigo Professor Estevão Barbosa pelo apoio e parceria no primeiro campo. Sem dúvida, sem todas estas pessoas e todas as trocas que tivemos, a realização deste sonho não seria possível.

RESUMO

Esta pesquisa questiona quais as contribuições que as inovações e mudanças produtivas advindas da economia da maniva, em Tracuateua da Ponta, tem em favor do entendimento da inovação e capacidade de permanência camponesa. A comunidade localizada em Santo Antônio do Tauá – PA dista 19 km da sede municipal e é representativa principalmente por ser conhecida como terra da maniçoba, prato típico da culinária paraense. A venda de maniva pré-cozida surgiu na comunidade em 1980 e desencadeou mudanças significativas na rotina produtiva camponesa. A pesquisa obteve dados primários a partir de entrevistas semiestruturadas e um esforço de leitura etnográfica para entender as mudanças técnicas, o percurso histórico da comunidade e da atividade além das consequências de atuações de agências de regulação técnica. Trata de inovação camponesa rompendo com a literatura clássica que vê no campesinato um modo de vida e de produção em extinção. Conclui-se tecendo diálogos teóricos e empíricos com as lições de campo, num esforço de síntese e reflexão sobre especificidades internas do modelo produtivo familiar camponês.

Palavras-chave: inovação camponesa, mudança camponesa, maniva, economia local.

ABSTRACT

This research questions the contributions that the innovations and productive changes that come from the economy of the maniva, in Tracuateua da Ponta, have in favor of the understanding of the innovation and the capacity of peasant permanence. The community located in Santo Antônio do Tauá - PA is 19 km from the municipal headquarters and is representative mainly for being known as the land of the maniçoba, typical food of the cuisine of Pará. The sale of pre-cooked maniva emerged in the community in 1980 and triggered significant changes in the peasant's productive routine. The research obtained primary data from semi-structured interviews and an ethnographic reading effort to understand the technical changes, the historical path of the community and the activity beyond the consequences of technical regulation agencies. It deals with peasant innovation breaking with the classical literature that sees the peasantry as a way of life and of production in extinction. It concludes by weaving theoretical and empirical dialogues with the field lessons, in an effort of synthesis and reflection on internal specificities of the peasant family productive model.

Keywords: peasant innovation, peasant change, maniva, local economy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Valor da Produção em Sto. Antônio do Tauá.....	88
Gráfico 2 Preços em Sto. Antônio do Tauá	89

LISTA DE REDES

Rede 1 Fluxo Produtivo e Comercial da Maniva	76
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Parâmetro químico para maniva pré-cozida.....	61
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 : Fachada da unidade Delícias do Pará	64
Figura 2 Folhas cozidas inteiras nos panelões na unidade Delícias do Pará.....	66
Figura 3 Produto final da unidade Delícias do Pará	66
Figura 4 Fachada da Fábrica e distribuidora de maniva cozida Mano Velho	67
Figura 5: Interior do compartimento de cozimento da maniva, aa unidade Mano Velho	69
Figura 6 Uso de máquinas de moer carne para moer as folhas.....	70
Figura 7 Fachada da Micro Agroindústria Sabor do Pará	71

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Localização de Tracuateua da Ponta	12
Mapa 2 Ramal entre as comunidades Tracuateua da Ponta e Remédio	53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1.1 Metodologia	16
1.2. Aporte teórico	18
DEBATE TEÓRICO SOBRE CAMPESINATO E SUA CAPACIDADE DE INOVAÇÃO	21
2.1 O Pensamento Marxista	25
2.2. Para além do pensamento marxista: o debate sobre campesinato em Chayanov e Tepicht	36
2.2.1 Alexander V. Chayanov e a organização da unidade econômica camponesa	37
2.2.2 Jerzy Tepicht e a “força de trabalho marginal” do estabelecimento camponês	41
2.3 Teoria do Investimento camponês	44
CAMPESINATO EM SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ, DE FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL A ECONOMIA DA MANIVA EM TRACUATEUA DA PONTA	48
3.1 Formação socioespacial de Santo Antônio do Tauá	48
3.2 Formação Socioespacial de Tracuateua da Ponta	50
3.3A produção e venda de maniva pré-cozida na comunidade, trajetória histórica e quadro atual	54
UNIDADE PRODUTORA “DELÍCIAS DO PARÁ”	63
FÁBRICA E DISTRIBUIDORA DE MANIVA COZIDA MANO VELHO	67
MICROAGROINDÚSTRIA “SABOR DO PARÁ”	70
PERMANÊNCIA DE PRODUTORES ARTESANAIS	73
ENSAIOS CONCLUSIVOS	77
Da permanência e existência do camponês à experiência da inovação e mudança camponesa.....	78
Hipóteses a partir da formação socioespacial da comunidade	91
Sobre as interfaces entre economia da maniva na comunidade, as instituições reguladoras e fiscalizadoras e as normas	94
Possibilidades enxergadas a partir da atividade	97
Conclusões	98
REFERÊNCIAS.....	101

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é um esforço interdisciplinar de compreensão da inovação e da mudança camponesa, foi construída a partir de construções teóricas e metodológicas amadurecidas no âmbito do Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, bem como nos fortuitos ambientes de debate proporcionados pelo Grupo de Pesquisa “Dinâmica Agrária e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia”, do NAEA.

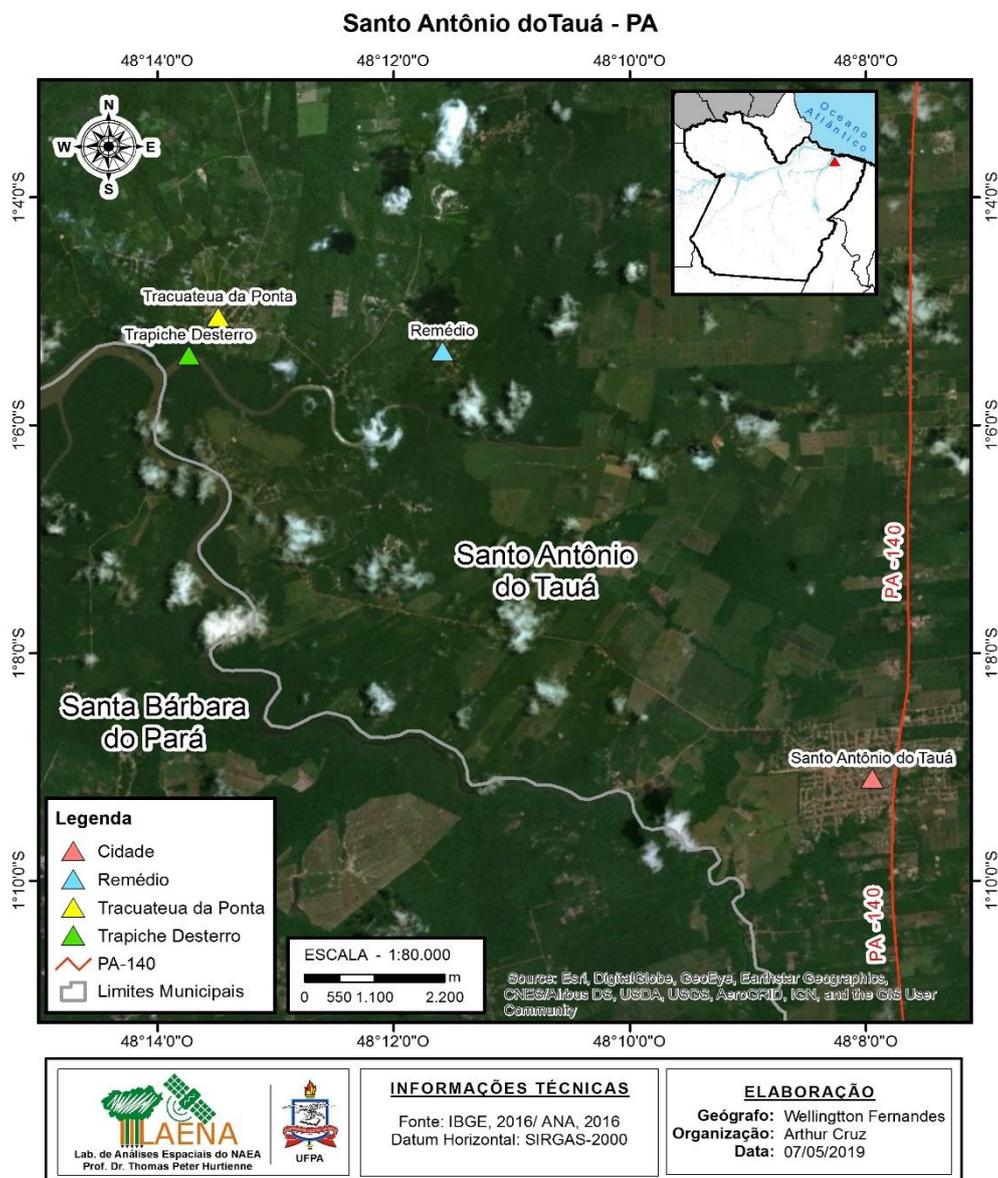
De fato, procura tecer discussões teóricas envolvendo campesinato em sua natureza econômica e social numa simbiose que, teórica e empiricamente encontra suas bases concretas a partir da experiência em constante desenvoltura na comunidade de Tracuateua da Ponta, localizada no município de Santo Antônio do Tauá e distante 19km da sede municipal. O município é localizado na Região Intermediária de Belém e, dentro desta, da Região Imediata da capital, no km 16 da PA 140.

Como grande parte da Amazônia, o município apresenta em sua formação socioespacial resultados de modelos de ocupação diferenciados do território, preteritamente comunidades que surgem às margens de rios vão aos poucos sendo ligadas a outras através de estradas de terra que marcam um processo de ocupação territorial mais recente.

A comunidade recorte deste estudo localiza-se no ramal que liga a Vila de São Raimundo dos Borralhos, às margens do Rio Tauá, a sede do município, conforme Mapa 01. A comunidade Tracuateua da Ponta situa-se a oeste de Santo Antônio do Tauá, na bacia hidrográfica do rio Tauá, distante a 19 quilômetros da sede e é formada por cerca de 400 famílias, a atividade econômica de maior destaque é a agricultura (cultivo de roças) e notadamente a produção de maniçoba pré-cozida realizada principalmente em três diferentes unidades de beneficiamento.

O que despertou interesse de investigação, surge a partir da década de mil novecentos e oitenta. Iniciativas locais de comercialização de maniva surgiram quase que de maneira espontânea, no sentido de que não houve algo que remetesse a um acordo estratégico econômico coletivo, mas marcou profundamente a articulação de grande parte da comunidade em torno de suas possibilidades reprodutivas.

Mapa 1 Localização de Tracueteua da Ponta



Esta articulação efetiva-se a partir de uma oportunidade comercial que combinada com outros fatores dos estabelecimentos familiares induziu a mudanças profundas tanto na comunidade, em suas relações de trabalho, produção, incorporação técnica como no estabelecimento de redes produtivas e de mercado consumidor. Efetiva-se a partir da incorporação de um produto advindo das folhas de mandioca e macaxeira, a maniva pré-cozida, por sua vez componente principal da maniçoba¹.

¹ A maniçoba é um dos pratos mais consumidos no Círio de Nazaré e em outras datas festivas nos lares paraenses, é um prato com muitos ingredientes encontrados também na feijoada como carne de porco e condimentos, seu ingrediente principal é a folha de mandioca e/ou macaxeira, moída e cozida

Demarca uma experiência social e produtiva camponesa que se desdobra na constante do espaço-tempo, originando questionamentos de ordens diversas que aqui envolvem a inovação e a mudança camponesa como movimentos que desafiam pressupostos teóricos clássicos e impõem às ciências sociais, humanas e sociais aplicadas que se debruçam sobre o camponês enquanto ser social e político o dever se examinar de perto a interação entre o social, produtivo, cultural e técnico do viver camponês antes de pressupor seu presente e seu futuro em interação com o capitalismo e com a economia de mercado.

A localização geográfica da pesquisa é Tracuateua da Ponta, e sua justificativa empírica advém de uma certa passagem por diferentes âmbitos da territorialização camponesa na Amazônia, em especial no nordeste paraense. Para tentar entender as condições as quais o território camponês se constitui e se fundamenta como tal foi necessário ir a campo e entender como o agronegócio do dendê tensionava e território e economicamente as possibilidades de reprodução camponesa em Santa Terezinha, Castanhal (PA), Nascimento & Albuquerque (2015), como também entender quais mecanismos internos os agrossistemas camponeses de duas comunidades em Santo Antônio do Tauá utilizaram para manter sua estabilidade territorial em área plantada e otimização dos recursos disponíveis, Nascimento (2017).

De modo geral, ressaltou-se estas experiências como representativas de que em diferentes contextos e tensões, há critérios de realocação de recursos e força de trabalho capazes de demonstrar a prevalência de forças internas das unidades camponesas responsáveis pela manutenção de sua capacidade reprodutiva e, por sua vez, de sua permanência. E entender estes critérios e estas forças neste trabalho, portanto, é central.

Teoricamente, esta pesquisa se situa dentro de um rol teórico que procura entender estes mecanismos internos às unidades camponesas com abordagens além das heranças marxistas, estabelecendo outras possibilidades além da tensão estrutural prevalente entre o campesinato e o capitalismo, este último responsável por

normalmente por cerca de sete dias para eliminação do ácido cianídrico, componente natural altamente tóxico. O Círio de Nazaré, por seu turno, é uma das manifestações religiosas católicas mais expressivas do mundo, reúne cerca de dois milhões de fies em romaria pelas ruas do centro de Belém e é uma das expressões culturais mais marcantes do estado do Pará. Agrega em seu repertório uma série de componentes religiosos, morais, musicais, espaciais e culinários que em conjunto, dão sentido a uma festa que transborda a dimensão religiosa ritualística.

engolir formas não capitalistas de produção em função da diferença existente entre a lógica funcional econômica do sistema do capital em detrimento da camponesa.

Em todo caso, procura ir além também dos pressupostos de irracionalidade técnica camponesa, entendida nas suas particularidades como uma agricultura miserável, instável, com baixa capacidade de incorporação técnica e elevada rejeição a inovação, tendente por sua vez a proletarização e extinção.

Em qualquer das abordagens acima brevemente citadas, a incapacidade de competitividade com o mercado tecnológico e dinâmico representaria sua ruína em qualquer dos seus vestígios dentro da economia capitalista, estabelecendo uma superexploração interna que findaria na miséria e no sobretrabalho.

De fato, as diferentes expressões do campesinato na atualidade, em tanto tempo de coexistência com o capitalismo renovam os debates procurando trazer à tona a necessidade de novas abordagens que rompam com a tendência anunciada do estruturalismo e procure dar conta abstrair para a teoria os sustentáculos concretos que se fazem presente no ciclo de constante renovação e permanência das unidades camponesas, tanto em situações limítrofes como em ótimos contextos institucionais e territoriais.

Procurando estabelecer uma coesão satisfatória entre os elementos teóricos e empíricos, esta pesquisa tece-se questionando quais as contribuições que as inovações e mudanças produtivas advindas da economia da maniva, em Tracuateua da Ponta, tem em favor do entendimento da inovação e capacidade de permanência camponesa?

Pautando, portanto, como objetivo central deste estudo a investigação das capacidades estritamente camponesas de inovação e mudança a partir da experiência da economia da maniva na comunidade, fez-se necessário estruturar a pesquisa na seguinte formatação, dado que cada bloco e capítulo do trabalho de desenvolveu como passos rumo a elucidação desta investigação.

No primeiro capítulo segue-se a trajetória teórica clássica sobre campesinato, elencando marcos centrais do debate a partir de Marx, incluindo a partir daí, as proposições de Lênin e Kautsky. O que se buscou neste percurso não foi um resgate teórico que explicasse as condições de existência do campesinato no capitalismo em qualquer das suas fases, mas uma elaboração seminal que expressasse algum entendimento teórico da dinâmica interna do campesinato e da sua capacidade de

permanência no sistema capitalista já a partir de sua lógica de incorporação de mudanças e inovação interna.

Neste recorte, este capítulo procura seguir uma linha de raciocínio teórico que discuta elementos aproximados da realidade camponesa em sua lógica funcional interna, é assim que nas discussões propostas por Chayanov, esses elementos promovem maior capacidade explicativa das mudanças ocorridas em Tracuateua da Ponta. Neste bloco mais precisamente “não marxista”, as contribuições de Tepicht sobre o emprego de trabalho na unidade camponesa converge com os anseios deste trabalho no sentido de demonstrar a prevalência de um raciocínio produtivo familiar próprio, responsável por orientar a unidade e seus procedimentos produtivos.

Por fim, o percurso teórico este capítulo chega em seu conceito chave para compreender o movimento de inovação e propensão a mudança camponesa, dado como eficiência reprodutiva por Costa (1994; 1995; 2012). Considerando o emprego de trabalho, o balanço entre consumo e produção e o ambiente o qual se insere a unidade camponesa além de entendê-la inserida nos cenários que impulsionam ou contraem a propensão a mudança, foi possível compreender as condicionantes que atuaram e atuam na dinâmica produtiva de Tracuateua da Ponta.

A partir de então, o componente empírico da pesquisa é tratado no segundo capítulo do texto. O aprofundamento histórico do município e da comunidade, em paralelo são aproveitados no intuito de entender o campesinato que se reproduz na região e como a formação socioespacial da comunidade se reflete em seu perfil produtivo e foi determinante para o surgimento da atividade de produção de maniva pré-cozida.

Para explorar estas confluências com mais propriedade, o capítulo segue traçando uma historicidade da produção, do surgimento, difusão da atividade, particularidades técnicas e pontuando a atuação de instituições fiscalizadoras e parceiras da atividade, até chegar no surgimento das unidades produtoras propriamente ditas. A partir da historicidade e caracterização das unidades, foi possível explanar também a espacialidade das relações de produção estabelecidas a partir da economia da maniva, das redes de obtenção das folhas, produção até os mercados consumidores.

Por fim, o bloco seguinte do trabalho é um esforço duplo de síntese e reflexão. Procura dar conta dos componentes outrora separados na descrição a partir de uma correlação da história da comunidade, da atividade, das unidades, das relações com

as instituições que ora contraíram ora estimularam a economia da maniva com a construção teórica do trabalho, refletindo sobre os movimentos que caracterizaram a mudança na comunidade a partir da inovação.

Procura nestas reflexões, tecer sem grandes imersões, possibilidades advindas com a atividade e de seu próprio aperfeiçoamento. Para toda esta construção a elaboração metodológica foi fundamental, ponto a ser explorado mais detalhadamente no tópico seguinte.

1.1 Metodologia

A construção metodológica da pesquisa privilegia um caráter qualitativo quanto à natureza dos dados, considerando que este percurso possibilitará uma apreensão de elementos mais intrínsecos e menos generalizáveis observados em campo e que contribuirão para responder as questões que norteiam este trabalho.

Esta opção metodológica observa a possibilidade de compreender elementos próprios do fluxo de inovação e difusão da atividade dentro da comunidade que não seriam suficientemente palpáveis à luz de uma pesquisa quantitativa, como as relações de trabalho na comunidade. É inegável, entretanto, que dados quantitativos serão importantes para reafirmar ou refutar hipóteses e questionamentos que sustentam esta pesquisa além de expressarem matematicamente, elementos importantes da produção de maniva em Tracuateua da Ponta.

Este percurso promoverá uma aproximação com elementos imateriais que compõem o cenário produtivo camponês, como as formas particulares as quais as relações de trabalho se efetivam, a importância da dimensão cultural na reprodução econômica da comunidade e as estratégias comunitárias de manutenção dessas possibilidades reprodutivas, elementos que facilmente escapariam num processamento quantitativo de dados empíricos.

Todavia, os desafios da pesquisa qualitativa impõem-se de igual maneira sobre este trabalho. Escreve Groulx (2008) que a preocupação com a subjetividade pode flexibilizar rigores metodológicos científicos, pondo em questão a autenticidade da pesquisa, além de ser um perigoso espaço de confusão entre militância e pesquisa. O autor pontua ainda que este processo é um risco limiar para uma excessiva

idealização do objeto de estudo e a incapacidade de observar fenômenos paralelos e complementares.

Na obtenção de informações primárias, optou-se pela construção de cronologias a partir da vivência dos entrevistados em relação a atividade de produção de maniva pré-cozida na comunidade.

Para tal, os procedimentos de investigação foram principalmente entrevistas semiestruturadas, entrevistas narrativas, fotografias, gravações e anotações no diário de campo. As entrevistas narrativas enquanto procedimentos qualitativos possibilitaram o diálogo direto com sujeitos-chave para entender o processo de formação socioespacial da comunidade, o surgimento da produção de maniva até o surgimento da Associação enquanto estratégia comunitária de fortalecimento da atividade.

A pesquisa prioriza a obtenção de dados primários em visitas a campo, a chegada até Tracuateua da Ponta é feita através de duas linhas de ônibus que partem no meio da manhã do Terminal Rodoviário Cesário Bioso, centro de Santo Antônio do Tauá, demorando cerca de 40 minutos para chegar a comunidade, via PA 140 até o km 23, onde se acessa a Estrada do Borrachos, a esquerda. A partir daí, atravessa-se a comunidade Remédio e posteriormente se chega a Tracuateua da Ponta.

Foram feitas um total de seis visitas a campo, nas quais uma foi dedicada a conversar com moradores mais antigos da comunidade, e as restantes foram visitas nas unidades produtoras e conversas com seus respectivos proprietários e funcionários, em alguns casos. Estas visitas ocorreram entre outubro e dezembro de 2018 e janeiro a março de 2019.

O contato inicial com a comunidade foi em 2015 na oportunidade de ministrar Geografia e Estudos Amazônicos no segundo ciclo do ensino fundamental, na E.M.E.F. Wanda Lima de Sousa em Tracuateua da Ponta e acabou sendo a oportunidade de firmar contatos para um retorno com finalidades ligadas a esta pesquisa. Fortuitamente, acabaram de fato sendo retornos hospitaleiros e produtivos.

Entrevistou-se um total de oito moradores, três destas entrevistas foram eminentemente históricas com moradores antigos e advindos de famílias tradicionais na comunidade, como a família Barbosa.

Para estes moradores, através de entrevista semiestruturada diluída em uma conversa, perguntou-se sobre a chegada da família na comunidade, as atividades

econômicas desenvolvidas anteriormente, local de origem dos primeiros moradores e correlacionou-se estas informações com perguntas sobre a origem da comunidade.

Os outros cinco moradores entrevistados são proprietários e trabalhadores das unidades produtoras em atividade, e um produtor que ainda não adequou completamente a sua. Delimitar este recorte foi essencial na medida em que a atividade de produção de maniva em Tracuateua da Ponta não é a única interação econômica movimentada por camponeses: de fato, é a mais expressiva se associada a uma característica da comunidade mas coexiste com roças e com atividades não agrícolas. A partir deste ponto, os critérios de entrevistas filtraram não todos os agricultores historicamente envolvidos na produção de maniva, mas os sujeitos chave que estão na ativa até a atualidade, os *players* do processo produtivo e logístico.

As entrevistas também no formato semiestruturado, seguiram um roteiro que perguntava sobre quais atividades eram desenvolvidas anteriormente a inserção na economia da maniva, como este processo de mudança se efetivou, qual a origem da unidade, como a atividade se inseriu e se estabeleceu na família, quais os instrumentos utilizados, mudanças técnicas e quais vetores induziram a estas mudanças. Foi questionado também quais as redes eram estabelecidas pela unidade para produção e circulação do produto, especialmente em termos espaciais.

A obtenção destes dados foi primordial para traçar uma cronologia de acontecimentos importantes no contexto produtivo da comunidade. Bauer & Jovchelovitcha (2008) contribuem afirmando que a estrutura de entrevistas narrativas se assemelha a uma orientação para a ação: um contexto é dado, acontecimentos sequenciais integram uma sequência de fatos interligados. A construção desta cronologia foi fundamental.

As entrevistas semiestruturadas, nos escritos de Bauer & Jovchelovitcha (2008), com possibilidade de aprofundamentos específicos e intercâmbio entre perguntas e narração, influência mínima do entrevistador, nortearam os diálogos durante as visitas de campo de forma flexível a admitir elementos que não estavam previstos no roteiro de entrevista na mesma medida que possibilitou que a conversa convergisse com os objetivos previamente pensados para este trabalho.

1.2. Aporte teórico

O trajeto teórico trilhado neste texto obedece a uma lógica que funcionaliza o conceito de eficiência reprodutiva camponesa, definido por Costa (2012), como conceito chave da pesquisa discutido e justificado a partir de um esforço limitado de construir uma cronologia teórica do debate sobre campesinato a partir de Marx.

A delimitação deste ponto de partida converge com a consolidação do capitalismo como sistema de produção já a partir do capitalismo mercantil e da incorporação da lógica capitalista no modelo de produção. De forma objetiva, este advento representa mudanças profundas nas relações sociais estabelecidas historicamente e, por tabela, nas relações de produção tidas com pré-capitalistas.

A ordem que se estabelece a partir da expansão da produção fabril, século XIX é multidimensional e interfere de forma profunda em modelos de produção não capitalistas, como artesãos e camponeses, é neste contexto, portanto, que as elaborações de Marx sobre o futuro das classes trabalhadoras mediante novos mecanismos de exploração põe em tela também o futuro do campesinato a partir de uma perspectiva macroeconômica que influencia notadamente os pressupostos teóricos seguintes sobre a produção familiar camponesa no sistema capitalista.

De fato, este percurso teórico é de suma importância na problemática que orienta este trabalho, é trilhado a partir de leituras de autores que procuram, a partir de sínteses teóricas e interfaces comparativas, colaborar dando proeminência no debate sobre a questão agrária. Para além de uma revisitação destas sínteses, aqui buscou-se estabelecer este percurso teórico a partir do recorte relativo a como clássicos do debate agrário como Marx, Lênin até Kautsky e partir destes, a Chayanov e Tepicht tendem a indicar possibilidades de existência do campesinato a partir dos movimentos de mudança e inovação. Como tal, este recorte opera aqui como teoria secundária, fundamental para o salto relativo ao conceito chave de eficiência reprodutiva.

Nestas condições, há um esforço de incorporar no primeiro momento teórico do texto as interpretações e leituras de autores que debatem a questão agrária na atualidade, especialmente entre Abramovay (2007), Almeida & Paulino (2000), Oliveira (1991) e Costa (1995; 2001; 2012).

Dessa forma, a operacionalização da ideia de eficiência reprodutiva, Costa (1995; 2001; 2012), como uma expressão teórica das mudanças em Tracuateua da Ponta se torna mais manipulável e concreta no corpo teórico do texto.

Por esta razão, a aderência ao conceito de camponês em sua expressão multidimensional é explicada para além da homogeneidade correlata à noção de agricultor familiar, enquanto categoria sócio profissional explicada por Neves (2005), mas incide na amplitude inerente ao ser camponês, nos componentes sociais materiais e imateriais na sua relação com a terra, com o saber cultural, econômico, político e social que determinam a construção de uma identidade e de sua territorialidade.

Assim, pensamos o território camponês não apenas como um espaço para obtenção de recursos, mas percebendo este também como reflexo da sociabilidade cotidiana. Esta perspectiva não se engessa na visão pejorativa, imóvel e atrasada relacionada ao camponês, mas rompe com estes pressupostos, pois

É preciso insistir que, pela sua própria natureza, o campesinato tradicional não constitui um mundo à parte, isolado do conjunto da sociedade. Pelo contrário, as sociedades camponesas se definem, precisamente, pelo fato de manterem com a chamada “sociedade englobante” laços de integração, dentre os quais são fundamentais os vínculos mercantis. Dessa forma, o processo de transformação do campesinato não pode ser entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado, para outra de integração econômica e social no conjunto da sociedade. (WANDERLEY, 2003, p. 45).

Esta interação, combinada com a

forma social particular de organização da produção. [...] cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família. [...] se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. (WANDERLEY, 2003, p. 45).

É desta maneira que as categorias teóricas são aderidas, escolhidas e mobilizadas nesta pesquisa, por acreditar que assim foi possível obter que estes subsídios teóricos são capazes de entender tanto a formação sócio econômica dos moradores de Tracuateua da Ponta ligados a produção de maniva como os movimentos de mudança que só foram possíveis dentro do rol flexível e dinâmico próprio do campesinato.

DEBATE TEÓRICO SOBRE CAMPESINATO E SUA CAPACIDADE DE INOVAÇÃO

A dificuldade inicial em se compreender o sentido sociológico, econômico e político do campesinato no Brasil decorre da diversidade estrutural que caracteriza este modelo de vida e de produção agrícola enquanto o diferencia da tendenciosa homogeneidade econômica e produtiva do capitalismo: uma noção teoricamente enquadrada e fechada do sujeito camponês já carrega em sua gênese limitações históricas e geográficas.

Decerto, há um desafio teórico inerente ao uso do termo *camponês* enquanto categoria de análise dentro das ciências sociais, que deve ser superado respeitando antes dessa diversidade estrutural, a contextualização e a diferenciação da categoria nas reflexões teóricas sobre campesinato que nasceram na Europa Ocidental, principalmente do século passado, e paulatinamente foram sendo incorporadas na literatura acadêmica e política na América Latina, para posteriormente, mobilizar elementos teóricos de forma mais controlada e capaz de entender as particularidades que sustentam o(s) campesinato(s) no Brasil.

A despeito das divergentes abordagens teóricas da academia brasileira, que assumem (ou não) a (re)existência do campesinato no Brasil, é importante sobretudo considerar que a noção de campesinato que a literatura acadêmica e política incorpora das discussões eurocêntricas¹ é uma noção que explicava o campesinato europeu, sob condições estruturais, políticas e institucionais distintas do contexto brasileiro.

A construção do conceito de campesinato perpassa pela ambivalência própria do sentido empírico de sua existência, o campesinato existe não enquanto grupo social ou modelo produtivo acabado, existe sobretudo na sua diversidade e na sua capacidade de elasticidade e permanência diante de estruturas históricas, territoriais e econômicas diversas e antagônicas, sobretudo no Brasil.

O desafio aumenta diante da necessidade de entender a sua dinâmica e manutenção das possibilidades reprodutivas de forma diferenciada e com graus variados de autonomia em relação modelo econômico hegemônico na atualidade e

principalmente, da sua dinâmica de afirmação territorial, por si só tão diversas no mosaico regional brasileiro.

A noção de campesinato recorre à incorporação de sua constituição não apenas produtiva, mas social por obedecer a lógicas próprias de sociabilidade; econômicas, por estarem dentro de um modelo hegemônico, mas estabelecer níveis flexíveis de interação com o mercado de forma diferenciada e relativamente autônoma; e, sobretudo, à noção política, que orienta a constituição da noção de classe historicamente existente sob condições de subordinação.

Diante da diversidade de fatores que dão sentido ao campesinato, a organização funcional da unidade camponesa é o ponto de partida para a apreensão de sua amplitude. Esta pois, assenta-se no núcleo familiar tal qual lembra Costa, uma vez que

entende-se por produção familiar rural, ou camponesa aquela assentada sobre unidades de produção que têm na família seu parâmetro decisivo, tanto na definição das necessidades reprodutivas, quanto na extensão e intensidade do uso do trabalho. (COSTA, 2001, p. 77).

As condições sob as quais se assentam a unidade produtiva camponesa amazônica na contemporaneidade, são regidas sob a mesma diversidade interna regional que demanda a necessidade de considerar contextos e formações sociais e econômicas específicas que dão sentido à elementos associativos a produção camponesa presente nos arcabouços teóricos clássicos, ora mais ora menos.

Implica-se afirmar, portanto, que o sentido de campesinato recorre a elementos comuns presentes em sua existência nas mais variadas regiões e contextos rurais do Brasil, não enquanto métrica conceitual para medir a capacidade de conceituar sujeitos, mas enquanto elementos associativos que elucidam a essência de sua existência enquanto grupo social, livre de enquadramentos cartesianos, assim, Hobsbawn (1998) alerta quanto ao equívoco conceitual de uma generalização, afinal ao de “falar em campesinato, nos referimos a um modo de vida específico” (MOREIRA & HÉBETTE, 2009, p. 187).

Estes elementos, em graus diferenciados são explorados vastamente na literatura, Tavares dos Santos (1978) contribui com o debate a partir de elementos

associativos a produção camponesa como componentes que tanto fogem de um esforço de conceituação geometricamente fechada como orientam em graus diferenciados em respeito a diversidade camponesa, as análises que procuram dar conta desta diversidade e suas especificidades, tais sejam a força de trabalho familiar, a propriedade da terra e dos meios de produção, e a força de trabalho complementar.

A combinação destes elementos aliada a “graus distintos de articulação ambígua com a modernidade” (WOORTMANN 1990, p. 14) condicionam expressividades diversas do campesinato no Brasil e na Amazônia. A natureza histórica do campesinato no Brasil, condicionado a subordinação, e a permanência do latifúndio enquanto tensão territorial também determinam um movimento não uniforme nas condições territoriais camponesas, tampouco tem determinação diante das estratégias produtivas forjadas sob a diversidade institucional e social do país. O desafio teórico que se apresenta é pautado em entender quais elementos são mobilizados pelos camponeses para manterem sua permanência, uma vez que sua existência é evidente e estatisticamente comprovada.

Dado como ponto fundamental da discussão desta pesquisa, a permanência do campesinato virá a mobilizar mecanismos internos e externos da unidade camponesa, ligados ao ambiente social e econômico o qual se insere para encontrar caminhos que assegurem a capacidade reprodutiva da unidade e a insiram num momento estável desta capacidade. Diante da diversidade estrutural que se apresenta, as tensões para manutenção territorial incidem sobre movimentos constantes de adequação diante das forças de mercado que impõem condições diferenciadas, ora oportunas ora díspares, de capacidade de reprodução.

A dinâmica de constante (re)territorialização do campesinato, fundamenta as discussões de Oliveira (1991), as quais situam o camponês sobretudo enquanto classe dentro do sistema capitalista, firmado na compreensão de que o próprio sistema em seus mecanismos de expansão e acumulação de capital lança mão de condições inerentes à reprodução territorial e produtiva camponesa de maneira contraditória: ao passo que estabelece relações de subordinação em instâncias diferenciadas e coadunadas, imprimindo tensões territoriais, inibições produtivas e coerções de natureza política e institucional.

Para o autor, o camponês e sua resistência à chamada expropriação do capital, são expressões internas ao modelo capitalista de produção, se fundamentam na forma contraditória em que o sistema pauta sua lógica de acumulação e não de forma extintiva, finalizada na noção de grupo isolado e alheio ao sistema, mas é parte constituinte ao sistema produtivo do capital.

O autor ancora sua tese em um contexto histórico no qual o capital institui a propriedade camponesa da terra, tal qual Almeida (2012), a passagem do regime escravocrata para as formas capitalistas de produção no Brasil em si já fornece condições estruturais de surgimento do campesinato dentro do modelo capitalista.

Para Oliveira (1991), a natureza de constante subordinação e recriação do campesinato brasileiro decorre do fato intrínseco à própria dinâmica de reprodução do sistema capitalista na medida em que entende

o desenvolvimento do modo capitalista de produção na sua etapa monopolista como um processo contraditório de reprodução ampliada do capital, ou seja, o modo capitalista de produção não está circunscrito apenas e tão-somente à produção, mas também à circulação de mercadorias, à troca de mercadorias por dinheiro e de dinheiro por mercadorias. Isso decorre do fato de que ele não é em sua essência um modo de produção de mercadorias em seu sentido estrito, mas sim modo de produção de mais-valia (OLIVEIRA, 1991, p. 48).

Nestas perspectivas, a tese de Oliveira sustenta que enquanto integrante do sistema hegemônico na condição de classe, o campesinato é expropriado pelo capital por instâncias diversas, *a priori*, pela sujeição da renda ao capital, seja pelo mercado fundiário ou ainda pela subordinação da produção camponesa para por fim, se consolidar a sujeição do *trabalho na terra*.

É sabido, portanto, que para além da diversidade e complexidade que se apresenta por trás da noção de campesinato, que a consolidação do sistema capitalista de produção impôs, de todo modo, condicionantes mais diversas e complexas para a existência deste modo de vida e de produção na atualidade. Desta complexidade se deve a diversidade de campesinato existente no meio rural brasileiro e, naturalmente, a sua diversidade na capacidade de reprodução econômica e territorialização.

De modo geral, o resgate das contribuições da literatura clássica sobre campesinato é feito, neste estudo, mediante o recorte a partir dos autores advindos a

partir do Marxismo (e, historicamente a partir da emergência do capitalismo industrial), e suas capacidades em colaborar na leitura de elementos fundamentais a permanência do campesinato, tais sejam sobretudo, a inovação e a capacidade de mudança como pressupostos básicos para balizar os desafios estruturais macro que se impuseram historicamente e que explicam a existência e permanência do camponês.

Este percurso teórico transpõe a racionalidade de ineficiência e tendente extinção atribuída aos camponeses e presente de forma clara na literatura clássica e contemporânea. Para responder a estas questões o recurso empírico deste trabalho é fundamental, mas antes, há de se considerar que as ponderações teóricas sucessivas são fundamentais e substanciam as contribuições que se pretende fazer com este estudo.

O recorte privilegia o contexto de estruturação do capitalismo industrial considerando que esta estruturação, enquanto sistema de produção, impôs e propagou com a sua expansão mudanças profundas em todos os elementares sustentáculos do campesinato no mundo, desde as condições de acesso e permanência na terra até as formas de organização política e produtiva.

A partir das reflexões históricas sobre a noção de campesinato no que tange ao forjamento de estratégias de permanência fincada na inovação em diferentes contextos políticos e socioeconômicos, torna-se mais concreto o exercício de compreensão destas estratégias no contexto de Tracuateua da Ponta, Santo Antônio do Tauá.

2.1 O Pensamento Marxista

A produção marxista é robusta e notória no que diz respeito a leitura da estruturação social a partir de relações mediadas majoritariamente e crescentemente pelas relações de mercado e orientadas pela obtenção de lucro. Enquanto produção teórica de enorme importância, reuniu em seu escopo epistemológico elementos teóricos que influenciam enormemente as produções e interpretações econômicas e sociais de relações de produção até a atualidade. Marx pressupôs que a sociedade tenderia a se organizar enquanto classe de maneira orientada pelo modelo produtivo capitalista, com vistas à otimização das capacidades acumulativas em função das produtivas,

principalmente pela concentração de lucro pelos que possuíssem os meios materiais de produção: a burguesia, de maneira correlata, os que venderiam sua força de trabalho ao sistema, o proletariado.

Assim, as relações de trabalho e produção ganham, sob essa égide, conformações que subtraem crescentemente a dimensão humana das relações mercantis sucumbindo-as às relações mediadas pelas leis de mercado e acumulação, do trabalho do proletariado seria explorado um valor não pago ao trabalhador, a mais valia.

Já é possível considerar que, embora Karl Marx não tenha construído uma análise necessariamente voltada para a questão camponesa mas para as condições urbanas de produção advindas com o capitalismo industrial, seu esforço estruturalista incorpora no escopo de análise a condição econômica camponesa numa perspectiva macro, em relação as suas capacidades de permanência e interação com o sistema capitalista.

Desta perspectiva macro, Marx elabora movimentos de interação da unidade camponesa com o sistema econômico vigente para, a partir da lógica de acumulação obtida pelo excedente da troca, diferenciar os mecanismos de funcionamento do capitalismo dos mecanismos camponeses, (agora como modelo marginal ao sistema) uma vez que o fim neste não é o valor de troca, mas sobretudo o valor de uso, expresso no modelo M – D – M.

A interface primeira do movimento camponês com o mercado se efetiva quando a mercadoria produzida no estabelecimento familiar e trocada por dinheiro retoma o movimento em forma de mercadoria. A retomada, em termos práticos, é feita pela troca de mercadorias diferentes das oferecidas a *priori*, completando um movimento estrutural pautado no valor de uso e não no modelo de acumulação previsto no sistema capitalista, pautando trocas em produtos diferentes, mas com valores quantitativamente similares, dadas as oscilações de mercado.

O ciclo M – D – M parte de um extremo constituído por uma mercadoria e conclui no outro configurado por outra mercadoria, a qual sai da circulação e entra na órbita do consumo. Portanto, o consumo, a satisfação das necessidades ou, em uma palavra o valor-de-uso, é seu objetivo final. D – M – D, ao contrário, parte de um extremo constituído pelo dinheiro e retorna finalmente a esse mesmo extremo. [...]. Na circulação simples de mercadorias, a ambos os extremos possuem a mesma forma econômica.

Ambos são mercadorias. E, além disso, são mercadorias com igual magnitude de valor. Mas são valores de uso qualitativamente diferentes, por exemplo, trigo e roupas de vestir. (MARX, tomo I, vol. 1, 1984, p. 183 apud OLIVEIRA, 1991, p. 52/53).

Nesta perspectiva a acumulação de uma possível diferença entre $M - M$ não tem caráter de lucratividade nos termos referidos à economia capitalista, mas é incorporada no sistema econômico camponês como um saldo que se reverte em otimização das possibilidades reprodutivas ou aquisição de mercadorias além do previsto, exatamente porque “a análise econômica da agricultura camponesa não pode ser feita através da lógica e dos conceitos da agricultura capitalista” (OLIVEIRA, 1991, p. 52).

Uma vez que a lógica analítica da agricultura camponesa deve escapar ao modelo estrutural do capitalismo como parâmetro, é fundamental considerar que as análises marxistas incorporam uma perspectiva que procura entender a funcionalidade da economia camponesa interpretando-a a partir do prisma macroeconômico da relação campesinato-capitalismo (Costa, 2012; Pontes, 2005). Este percurso teórico analisa a lógica funcional da economia camponesa enquanto comportamento específico, em constante relação com o universo capitalista sob condições de crescente e inevitável subordinação. É ainda, problemático que a não separação entre as esferas da produção e do consumo como uma especificidade das estruturas sociais camponesas não se orientarem por critérios de eficiência do capital (acumulação).

Neste contexto, Marx entende que a especificidade funcional camponesa tem em sua natureza o fardo de “entregar de graça” parte de seu excedente para a sociedade, uma vez que

não é necessário, pois, como ocorre no modo normal de produção capitalista, que o preço de mercado do produto agrícola eleve-se o suficiente para proporcionar-lhe o lucro médio, e mesmo um excedente acima do desse lucro fixado sob a forma de renda. Portanto, não é necessário que aumente o preço de mercado atingindo o valor ou mesmo o preço de produção de seu produto... uma parte do sobretrabalho dos camponeses que trabalham sob piores condições é dada gratuitamente à sociedade... (MARX, tomo III, vol. 8, 1984: 1025 apud OLIVEIRA, 1991, p. 52).

A “entrega gratuita” de trabalho à sociedade, neste caso, é dada pelos camponeses que produzem em condições desfavoráveis, quer sejam agrônomicas ou infraestruturais, e é, na perspectiva marxista, um dos fatores determinantes para

o insucesso da agricultura camponesa diante do avanço e da dinâmica capitalista de produção, além do trabalho entregue de maneira gratuita embutido na mercadoria camponesa que circula no mercado.

Neste aspecto COSTA (1995, p. 83) lembra que para Marx

eles não param de concorrer entre si enquanto o lucro e a renda da terra estão sendo corroídos por preços de mercado sistematicamente abaixo do valor, mantendo-se produtivos mesmo quando o seu rendimento equipara-se apenas ao salário médio de mercado, ou mesmo quando se situa abaixo deste.

Tão somente a partir destas assertivas, já é possível abstrair que o pensamento marxista sobre o campesinato o reflete pensando como ocorrerá sua extinção, uma vez que a capacidade de acumulação é estruturalmente limitada pelo ciclo econômico interno da unidade e, desta maneira, a capacidade de competir e incorporar mudanças nas capacidades produtivas a partir do investimento, ou,

se estável, tenderia a se confrontar com uma produtividade média crescente par um conjunto da produção (derivada tão-somente da cada vez mais presente produção capitalista). (COSTA, 1995, p. 86).

Corroborando negativamente para a sua capacidade de acúmulo de capital para investimento e, finalizando estruturalmente na extinção do campesinato ou na sua permanência subordinada, sob condição social e economicamente residual. A condição de resquício é alimentada pela ideia de incapacidade de mudança e inovação imprescindíveis diante do dinamismo da economia de mercado fadando os camponeses a serem absorvidos pelo sistema pela proletarização.

As reflexões marxistas, de modo amplo, foram fundamentais para dar subsídios as reflexões sobre as transformações sociais e econômicas advindas com o capitalismo industrial. A partir daí, o papel do campesinato em face de um contexto de avanço do capitalismo e da eminência de uma revolução socialista entra em debate de forma muito controversa, notadamente pela incorporação do estruturalismo e da lente macroeconômica como pontos de partida para a compreensão do papel do campesinato no decorrer da história.

No que pese a incapacidade de incorporação de excedentes, há desdobramentos que daí advém e são determinantes na extinção camponesa por dentro de sua base produtiva, a incapacidade de avanço técnico é explicada tanto por

uma racionalidade que subjuga a unidade familiar como obsoleta e resistente a mudanças e inovações, por razões intrínsecas a sua lógica funcional, que

Para os neoclássicos, trata-se de incapacidade cognitiva, de atuação sob impulso de decisões irracionais, não compatíveis com a racionalidade substantiva que o sistema requer de modo incondicional de todos os que dele participam. (COSTA, 2012, p. 47).

No que tange a sua capacidade de inovação e manutenção, portanto, de sua permanência, o pensamento marxista pouco pode oferecer além do que já foi discutido, importa ainda entender algumas construções teóricas contundentes sobre campesinato que influenciaram fortemente o pensamento ocidental sobre o camponês a partir de então, Lênin e Kautsky, não escapam tanto ao estruturalismo marxista, mas contribuem para a noção do papel do campesinato diante do sistema econômico que se instala.

O *lugar* do campesinato na ortodoxia marxista russa era além de resquício, um lugar de apoio ao sistema político autocrático russo, já defasado e inoperante politicamente, fato que sustentava o argumento dos que acreditavam ser a classe operária russa a única classe capaz de mobilizações políticas suficientes para uma revolução. Assim, de um lado, os populistas russos entendiam a comuna² camponesa como uma estrutura base para uma revolução socialista, aproveitando já a estrutura democrática direta e a proteção de interesses coletivos. De outro, entretanto, haviam os que acreditavam que o resquício feudal representado pelos camponeses seria a base expansionista do capitalismo já estabelecido em outros países europeus, a partir da supressão a organizações consideradas arcaicas pelo sistema econômico vigente.

Neste contexto, em contraposição às abordagens que entendiam de forma homogênea a massa camponesa russa, notadamente os populistas, Lênin, teórico e político russo, desenvolve sua análise sobre diferenciação interna do campesinato fincada em dados estatísticos e produtivos que revelaram quão diverso e desigual se encontrava, internamente, o modelo produtivo camponês, e quanto desta desigualdade já denotava relações com traços capitalistas dentro das estruturais comuns do campesinato russo, como a formação de um mercado interno para o que

² Áreas de autonomia territorial camponesa e posse coletiva da terra, Rússia, século XVI, Abramovay (2007).

poderia vir a ser o capitalismo russo, especialmente depois das reformas implementadas por Czar Alexandre II, em 1861.

O detalhamento da estrutura socioeconômica interna do campesinato foi um diagnóstico importante, nele

Lenin se deteve particularmente na análise de dois conjuntos de mudanças que para ele sintetizavam a questão do desenvolvimento do capitalismo no campo russo. Por um lado, a questão da decomposição do campesinato e o surgimento no seu lugar de novos tipos sociais e, de outro, a subordinação do capital comercial e usurário ao capital industrial. (SILVA, 2012, p. 114).

A primeira questão, a decomposição do campesinato russo, era originada da abolição da servidão, mas que, dada as estruturas apresentadas por Lênin, abria margem a polarização social do campesinato, em dois extremos, mas subdividido em três categoriais sociais.

O primeiro, capitalista no campo, era constituído dos camponeses com maiores possibilidades produtivas e que produziam focados no mercado e na exportação, em especial de trigo. Os *kulaks*, como lembra Silva (2012), estavam no topo das categorias produtivas no campo russo e eram arrendatários ligados a produção agrícola mercantil e ao comércio. Apesar de representarem uma minoria eram responsáveis por uma parcela significativa do que era atribuído a agricultura camponesa e exportavam uma quantidade expressiva de bens agrícolas. Sua produção escapava às possibilidades da agricultura familiar e como tais empregavam diaristas em seus estabelecimentos.

A autora sinaliza também, na leitura de Lênin pós servidão, a emergência de uma categoria mediana de agricultores, aos quais era atribuído certa instabilidade por ora se situarem como agricultores mercantis estabelecidos nos anos de boa colheita ora serem presos por dívidas, quando a colheita era pouco frutífera. Nestes contextos, a proletarização aos *kulaks* se intensificava e gerava um fosso maior de desigualdade.

Na terceira categoria, Silva (2012) descreve camponeses paupérrimos que migravam e tinham baixa capacidade produtiva. Ainda que alguns possuíssem terra, esta era insuficiente para sua sobrevivência o que os obrigava a vender sua força de trabalho em propriedades maiores ou em atividades não agrícolas definidas por Lênin

como “profissões auxiliares”. Esta categoria era expressivamente numerosa e abarcava quase metade da população camponesa russa.

O segundo vetor de mudança estrutural diante do avanço do capitalismo diz respeito a própria dinâmica de avanço do capitalismo industrial. Para tal, Marx já sinalizara que a existência prévia do capitalismo mercantil e de relações econômicas de usurárias é condição fundamental, ainda que insuficiente, para a expansão do capitalismo em sua fase industrial.

Dado que grande parte dos camponeses entendidos como camponeses ricos, os *kulaks*, mantinham empréstimos sob condições extorsivas com o campesinato mais desfavorecido, os primeiros seriam os únicos “sobreviventes” a emergência do modelo industrial dado sua acumulação de fortuna enquanto que os demais se sucumbiriam a miséria limitada pelo trabalho assalariado. Este alerta, como bem relembra o autor, diz mais sobre o contexto político e social do meio rural russo do que necessariamente sobre a produção de uma lente universal de compreensão das condições de avanço do capitalismo no ocidente ou ainda sobre as condições reprodutivas do campesinato, nesta escala.

De forma similar às contribuições de Marx, o horizonte desenhado por Lênin não supõe que algum movimento dentro do campesinato possa ser decisivo na sua permanência, ou pra ser mais preciso, não há nas contribuições leninistas um pressuposto teórico que dê subsídios, dentro da lógica funcional camponesa, para o investimento e mudança que sustente a permanência do campesinato no capitalismo resguardando seus traços característicos.

Decerto, Lênin contribui de forma significativa a respeito dos movimentos de aprofundamento da desigualdade dentro do campesinato russo, mas neste movimento, explana-se apenas os mecanismos de incorporação de relações capitalistas de trabalho e produção a partir da lógica de exploração da força de trabalho.

No panorama descrito, aponta-se para a emergência de uma minoria camponesa responsável por um volume elevado de exportação e de obtenção de renda num extremo, que é posto face a face a grupos camponeses explorados. Não há elementos que sustentem a permanência do campesinato nem tampouco sua

capacidade inovativa uma vez que as relações efetivadas já são traçadas no perfil capitalista de exploração.

A riqueza desta análise, indubitavelmente, ajuda a interpretar pressupostos teóricos agrários da corrente marxista que surgem a partir das considerações estruturais e iniciais de Marx. É nesta esteira também que Kautsky elabora fundamentos teóricos que dão origem a sua obra “A Questão Agrária” na última década do século XIX, num contexto conturbado de formação da social democracia alemã, destacando o papel emblemático que o campesinato teria num movimento tanto de reestruturação política alemã, como também nas suas condições de existência (e permanência) dentro da consolidação do capitalismo.

A visão pejorativa e depreciativa que Kautsky tinha do campesinato se devia a própria natureza estruturalista do marxismo. Uma vez entendendo o campesinato como um resíduo miserável e rudimentar de outros momentos políticos e econômicos, a sua permanência se transformava num enclave não apenas a consolidação do capitalismo, mas, sobretudo a sua própria destruição, afinal este entendia que o próprio capitalismo cria condições para sua ruína, dado seu movimento: as ingerências políticas camponesas aliadas ao seu caráter residual atrapalhavam o antagonismo da burguesia com o proletariado, algo que na visão do autor era o que movimentava a sociedade e seria fundamental para uma revolução.

Nas leituras de Almeida & Paulino (2000), é nítido que Kautsky entendia que só o proletariado teria condições de mobilização política importantes e articuladas o suficiente para a inexorável transição do capitalismo para o socialismo.

As autoras lembram que para Kautsky a via principal de sumiço do campesinato seria a proletarianização. Este processo, dado como inerente ao avanço do capital no campo, se fundamentaria nas evidências concretas da desestruturação da indústria artesanal doméstica, que enquanto atividade enérgica no modelo feudal, perdia espaço diante da industrialização capitalista e gerava um excedente de mão de obra camponesa que se ocupava nas atividades artesanais domésticas nos períodos de entressafra.

Este processo, conforme complementa Almeida & Paulino (2000), transformaria paulatinamente os camponeses em proletários, trabalhadores de outrem, na medida

em que o ritmo de produção fabril se impunha ao ritmo de produção rural familiar, o que demandaria cada vez menos capacidades produtivas dos camponeses para se dedicarem às suas terras. Entretanto, as autoras relembram, na visão de Kautsky, que esta transição de relações de trabalho paulatinamente traria efeitos positivos, uma vez que os camponeses em contato com os operários industriais iriam adquirir consciência política e articulação coletiva necessários a superação do capitalismo.

Dado que o capitalismo comporta em sua lógica os mecanismos para sua própria ruína, a sequência cronológica de proletarização do campesinato, expansão do capitalismo e paralela conscientização política dos camponeses (agora proletarizados) reuniria as fundações necessárias às futuras cooperativas socialistas manobradas pelos operários numa realidade pós revolucionária, em que as grandes empresas pertenceriam coletivamente aos que são seus operários atualmente.

Tal qual Lênin, Kautsky questionava o aumento das unidades camponesas apresentado nos dados estatísticos, reiterando que este denotava antes de fortalecimento, uma fragmentação da exploração e que representavam moradores de residências rurais que se mantinham através da venda de sua força de trabalho e não eram camponeses como tais.

Entretanto, diferente do percurso estatístico de Lênin para tratar sobre a diferenciação interna do campesinato como um determinante ao seu desaparecimento, Kautsky procura provar que a incapacidade técnica da produção camponesa, interpretada por ele como tal, seria um dos vetores da sua extinção, afinal a sobrevivência e reprodução econômica do camponês denotava antes de eficiência e capacidade de expansão, uma superexploração com prazo de validade definido no seu próprio desaparecimento.

O paradigma oferecido por Kautsky concentra-se muito mais nas relações entre agricultura e indústria, na idéia de “industrialização da agricultura”, na impossibilidade de o pequeno estabelecimento agrícola incorporar as conquistas técnicas, organizacionais e econômicas à disposição dos capitalistas e, portanto, na tendência a que o grande e não o pequeno produtor se integre com a indústria, em suma, na reflexão sobre temas praticamente ausentes do trabalho de Lênin. (ABRAMOVAY, 2007, p. 57).

E que, aliado à sua abordagem urbano industrial como percurso rumo a revolução socialista, eliminava do horizonte de expansão do capitalismo e do

antagonismo entre proletariado e burguesia a permanência de um grupo técnico, estrutural e politicamente defasado.

Os pilares da pequena exploração agrícola eram entendidos por Kautsky, tal como recorrentemente se encontra na corrente marxista, como inviabilidades econômicas pelo próprio movimento do modelo camponês se pautar no sobre trabalho e na venda de produtos sob preços que não cobriam pouco além de uma existência limítrofe, condições inclusive, consideradas piores que o próprio assalariamento, Almeida & Paulino (2000).

A proletarização seria caminho necessário para a aderência a concepções políticas coletivas inerentes aos movimentos políticos do proletariado rumo a cooperativas pautadas na socialização do trabalho coletivo. Afinal,

Somente o sucesso dessas cooperativas romperia com a resistência e desconfiança dos camponeses, conduzindo-os naturalmente a organização coletiva, a qual finalmente promoveria a abolição definitiva da propriedade e exploração individual da terra. (ALMEIDA & PAULINO, 2000, p. 116).

Na visão de Kautsky, a industrialização enquanto caminho esperado para a formação do proletário e sua conseqüente conscientização política era ainda um obstáculo técnico à permanência estrutural do campesinato na Alemanha de seu tempo. Tratava-se da previsão, tal qual de Marx, da incapacidade concorrencial dos camponeses além da inexorável superexploração no processo de realização de trabalho pelos agricultores.

No curso do que analisou como processo muito particular da industrialização da agricultura, Kautsky assinalava que a penetração irregular de capacidade técnica na agricultura, resultante do peso da natureza na definição da diferença entre trabalho e tempo de produção, levava a uma demanda correspondentemente irregular de trabalho por parte das grandes unidades de produção em afirmação a partir dos domínios *junker*, na Prússia. Com isso se explicariam os arranjos que permitiam o uso intermitente da força de trabalho dos camponeses, a um custo rebaixado por premência e necessidade – pobreza e autoexploração. (COSTA, 2012, p. 53).

O modelo econômico atribuído ao campesinato seria insuficiente para mantê-lo de pé diante do avanço das empresas capitalistas, o engessamento técnico e as configurações atribuídas a realização do trabalho pelo campesinato seriam elementos determinantes para a sua substituição pela dinâmica crescente e acumulativa das empresas capitalistas, Costa (2012).

Haveria, senão um horizonte de extinção do campesinato em qualquer das vias. Costa (2012) relembra que Lênin reúne as ponderações de Kautsky às suas resultando numa síntese que influenciou profundamente a abordagem marxista sobre a questão agrária, do ponto de vista leninista duas vias de desenvolvimento do capitalismo no campo levariam ao mesmo resultado de formação de uma burguesia agrária em contrapartida a um proletariado rural.

A primeira via, lembrada por Costa (2012) como a “Via Prussiana” conduziria a extinção do campesinato a partir da permanência das estruturas feudais agora funcionalizadas em grandes empresas capitalistas. A segunda polarizaria as sociedades rurais se aproveitando das desigualdades internas do campesinato como mecanismo de afirmação da proletarização dos camponeses pobres por aqueles mais abastados estruturalmente e economicamente, tal qual já se observava em todo o campesinato estadunidense e parte do russo, verificado estatisticamente por Lênin. A desigualdade interna é apontada como fator inerente às relações de mercado que já são estabelecidas entre o campesinato. Este movimento aumentaria o fosso de desigualdade entre os latifundiários (burgueses rurais) e os camponeses destituídos de terras e demais meios produtivos, o proletariado rural.

Em observância que o panorama social e político que envolveu as análises de Lênin e Kautsky era denso, suas contribuições pouco se preocuparam em abstrair para a teoria econômica e até política de sua época as condicionantes internas das unidades camponesas enquanto componentes que orientam o seu comportamento social e produtivo. Mas por se aterem a questões macro de ordem política e econômica, naturalmente recortaram fora do seu campo de análise os imperativos intrínsecos que estavam presentes nas unidades e no núcleo familiar camponês, unidade decisória fundamental para o campesinato.

Por estas e razões teóricas próprias ao escopo de cada teoria, não é possível, a partir do estruturalismo e da escala macro do marxismo, absorver componentes teóricos capazes de explicar a permanência do campesinato na atualidade e muito menos, sua capacidade de inovação e autonomia de incorporação técnica.

2.2. Para além do pensamento marxista: o debate sobre campesinato em Chayanov e Tepicht

A linearidade do raciocínio que se sucede a partir dos pressupostos macroeconômicos de Marx é funcionalizada pela interface, a nível social e econômico, de sistemas produtivos camponeses face ao avanço de estruturas capitalistas de acumulação e produção.

As hipóteses fundam-se diante da dualidade social produzida pelas novas relações de trabalho que subtraem a dimensão tátil e socialmente produtora das relações de troca em função de relações impessoais dos que vendem sua força de trabalho para aqueles que os exploram e detêm as capacidades produtivas estruturais. Este momento teórico estruturalista se preocupou, dado seu escopo, em entender sob quais vias específicas o campesinato enquanto desencaixe na dita ordem capitalista iria se desfazer.

Sobretudo, as contribuições de Lênin sobre a formação de uma massa camponesa proletarizada e as de Kautsky sobre a ineficácia de contar com o campesinato alemão para uma revolução profunda na sociedade não tinham como foco ou como possibilidade teórica uma análise que escapasse à interação do sistema econômico camponês com o mercado e as relações de trabalho mediadas por trocas a nível abstrato e anônimo de mercado. A compreensão do funcionamento e organização social do campesinato não se dava a partir deste, mas deste em relação ao sistema econômico macro, tanto por isso “é importante assinalar, sob o ângulo teórico, que não faz sentido para o marxismo a ideia de uma economia camponesa” (ABRAMOVAY, 2007, p. 64).

A partir dos teóricos marxistas que abrem esta sessão, foi possível levantar questionamentos importantes para a história da reflexão sobre campesinato dentro do sistema capitalista e, sucessivamente, incorporar na análise outras abordagens com diferenças teóricas e escalares. Ainda que os limites das análises marxistas sejam ligados a contextos e imersões em profunda transformação política de suas épocas

É preciso reconhecer, entretanto, que os clássicos marxistas da questão agrária tocaram num ponto essencial sobre cuja resposta não há, mesmo para os teóricos da economia camponesa, unanimidade: quais as

transformações que sofre o campesinato com sua crescente inserção nas relações mercantis? Se é relativamente fácil mostrar que as previsões apocalípticas sobre seu desaparecimento não se confirmaram, não se pode, entretanto, falar com tranquilidade de sua manutenção nas sociedades contemporâneas. (ABRAMOVAY, 2007, p. 66).

O não esgotamento teórico da questão agrária e da compreensão do campesinato no decorrer da história é verificado até a atualidade, no contexto histórico que abriu as discussões neste capítulo se sucede pelas contribuições de pensadores numa época de grande efervescência do debate sobre campesinato. Alexander Chayanov e Jerzy Tepicht procuraram nas particularidades internas ao sistema camponês sustentos que explicassem sua permanência em contextos históricos tão diferentes e contribuíram de forma pioneira sobre o funcionamento e organização de unidades econômicas camponesas, levando a cabo elementos pormenorizados por estudiosos clássicos, Almeida & Paulino (2000).

Quando se debruçam sobre as condições funcionais internas do estabelecimento camponês, Chayanov e Tepicht procuram explicar que a lógica interna destes estabelecimentos obedece a critérios particulares e visíveis em escala micro, superando o devir da irracionalidade e do acaso o qual estes estabelecimentos eram associados. Sob tais análises, tem-se mais indicadores teóricos do funcionamento e lógica dos estabelecimentos camponeses em Tracuateua da Ponta.

2.2.1 Alexander V. Chayanov e a organização da unidade econômica camponesa

No contexto de início do século XX, na Rússia, os *zemstvos* eram escritórios, pontos de administração local introduzidos em 1864 que reuniram em toda a sua efetividade um volume denso de dados relativos à produção camponesa nunca antes experimentado por nenhum país, segundo Abramovay (2007). Estes dados de natureza produtiva e econômica do campesinato russo foram motivadores das primeiras inquietações de Chayanov no que dizia respeito especialmente à natureza metodológica de sua obtenção.

Para Chayanov, a natureza contábil aplicada nos estudos econômicos era incapaz de relevar elementos intrínsecos a produção camponesa, uma vez que “não se pode compreender o campesinato imputando-lhe categorias que não correspondem a suas formas de vida” (ABRAMOVAY, 2007 p. 68). A incoerência

deste *gap metodológico* impunha interpretações altamente desviantes da realidade concreta sobre a diversidade estrutural camponesa e de elementos internos a esta que orientam decisões produtivas e seu comportamento econômico.

À alternativa das abordagens econômicas neoclássicas e ainda do percurso marxista, Chayanov procura demonstrar através de sua teorização de sistemas econômicos não capitalistas (nesse caso, em destaque o camponês) que a existência de leis próprias de funcionamento, reprodução e desenvolvimento escapa dos modelos estruturalistas e macroeconômicos. A *economia camponesa* de Chayanov traz à tona fatores como emprego e otimização de mão de obra interna, absorção de maquinário e processos decisórios que consideram variáveis mais específicas e internas que a simples interação com os mercados.

Em contraste com a tradição marxista que atribuía ao campesinato a condição de assalariados de si próprios e de “dispensadores” da renda da terra e da taxa de lucro, Chayanov, a partir de uma análise microeconômica interna dos estabelecimentos familiares afirma que “a especificidade camponesa está na sua condição de economia sem as regulações macrossistêmicas da taxa média de lucro, da renda da terra e, mesmo, do salário médio, porque referida à estrutura particular da família” (COSTA, 2012, p. 95).

A família é o ponto de partida de Chayanov, dentro da “Escola de Organização da Produção”, o qual se ancora para demonstrar que a família é o lugar que *a priori* define o rumo e as conformações produtivas do estabelecimento, reposicionando os indivíduos em contrapartida a ideia destes como dispostos e atomizados dentro do sistema econômico. Deste modo, a partir do balanço entre trabalho e consumo, Chayanov demonstrou a diversidade das formas pelas quais os camponeses encontravam equilíbrio interno, Almeida & Paulino (2000).

Abramovay (2007) reitera que, uma vez que o ponto de partida para a compreensão da lógica funcional da unidade camponesa é fincado na subjetividade das escolhas e demandas familiares, a compreensão destes estabelecimentos não pode procurar na sua inserção da divisão social do trabalho um vetor funcional da produção do estabelecimento camponês, afinal

o mercado, a disponibilidade de terras e o padrão tecnológico disponível são fatores dos quais o camponês se serve na montagem de seu objetivo

econômico fundamental, mas não explicam por si só esse objetivo e a conduta do agricultor. (ABRAMOVAY, 2007, p. 70).

Orientando-se no sentido subjetivo das demandas familiares, o balanço entre consumo e emprego de trabalho determina a lógica de absorção de toda a mão de obra disponível com vistas inclusive, a otimizá-la nos períodos de maior demanda de atividades ou realocá-la dado os períodos de ociosidade inerente ao ciclo biológico das culturas. As escolhas inerentes a otimização e realocação de força de trabalho não definem a rígida recusa a adoção de maquinário ou insumos industriais, mas estas incorporações eram condicionadas sobretudo aos ganhos finais já diferencial dos investimentos e uso de mão de obra, determinando um processo subjetivo nas escolhas relativas a produção, Almeida & Paulino (2000), Abramovay (2007). Tanto que

culturas que reclamavam intensa força de trabalho, totalmente desinteressantes do ponto de vista capitalista, por proporcionar baixos rendimentos líquidos, eram realizadas pelos camponeses, pela necessidade de driblar o desemprego interno. (ALMEIDA & PAULINO, 2000, p. 116).

Enquanto unidade de produção e consumo simultaneamente, a dimensão econômica dos estabelecimentos familiares produz e emprega trabalho de acordo com os limites físicos de cada membro familiar, a este, a nível de unidade de consumo da família, é determinado subjetivamente um patamar mínimo de atividade produtiva orientado pela dimensão de necessidades da família como um todo orgânico por estabelecimento, Costa (2012).

No mesmo mecanismo, Costa (2012) reitera que as condicionantes demográficas da unidade familiar exercem força determinante no emprego de trabalho e no ganho orçamentário final, tais sejam a faixa etária dos membros, as demandas de consumo e suas capacidades próprias de trabalho dadas pelo seu limite físico.

O objetivo produtivo não é definido pelas taxas de lucro do mercado ou por indicadores que não seja o consumo anual familiar, Costa (2012). Sobre este objetivo

é, para Chayanov, uma categoria fundamental. Vejo-a utilizada de duas maneiras: 1) como um valor planejado, como um orçamento transformado em objetivo acatado pelos membros ativos e determinado pelas necessidades de toda a família durante um ano – objetivo esse que norteará as decisões relativas às aplicações da força de trabalho familiar durante

esse ano; 2) como um valor realizado que influi nas decisões relativas aos empregos futuros da força de trabalho familiar. (COSTA, 2012, p. 96).

Enquanto unidade produtiva norteada pelas suas necessidades de consumo, a família camponesa em seu desenvolvimento (aumento do número de membros e o sucessivo envelhecimento destes) exerce influência determinante nas taxas de autoexploração da força de trabalho, ou seja, a constante equalização entre a disponibilidade de braços para o trabalho e as necessidades domésticas, configurando a intensificação da jornada ou sua amenização em seus respectivos contextos, Costa (2012). O que determina a “taxa de consumo familiar” não é a soma do consumo individual de cada membro da família, mas o conjunto orgânico e indivisível desta, Abramovay (2007).

Diante disso, é importante frisar que a determinação do comportamento socioeconômico do camponês pela família não o isola do mercado, das instituições ou das possibilidades técnicas. Pelo contrário, Abramovay (2007) e Costa (2012) demonstram que o pensamento chayanoviano busca exatamente nas decisões do núcleo familiar sobre força e intensificação do trabalho, inovações técnicas, preços de safra e demais decisões produtivas a explicação do comportamento camponês conduzido pelas suas necessidades internas e não na noção de flutuação irracional sob demandas de mercado ou de agentes externos a definição das prioridades de seu estabelecimento.

Os processos decisórios realizados no núcleo familiar camponês, obedecem de forma simultânea os condicionantes do caráter produtor e consumidor da unidade, dado que

Não pertence à realidade da produção camponesa um rendimento por unidade de trabalho que seja determinante, como o é, para a empresa capitalista, o rendimento corresponde ao salário enquanto grandeza socialmente determinada, mas, sim, um rendimento por unidade de trabalho determinado pelas necessidades anuais da família camponesa – pelo caráter, pois, da empresa camponesa enquanto unidade de consumo. (COSTA, 1995, p. 87).

Um outro ponto importante de divergência teórica entre marxistas como Kautsky e Chayanov diz respeito ao futuro do campesinato em suas relações com o mercado. Em Almeida & Paulino (2000), Costa (2012) e Abramovay (2007) é possível encontrar que Chayanov interpretou seu contexto sociopolítico sob a luz do ideal de uma sociedade planificada, mas não o fez suprimindo a existência do

campesinato de forma apocalíptica. Ademais, sua teoria sobre o comportamento econômico camponês baseia-se na interpretação das suas características internas de funcionamento para entender quais permanências seriam viáveis para a manutenção de um modelo produtivo historicamente presente, mas agora em relação com estruturas de mercado.

Antes do desaparecimento sucessivo e imediato do campesinato encontrado em Kautsky, Chayanov observa um futuro de adequações das estruturas da economia camponesa orientadas pelo cooperativismo: baseado na coletivização dos meios de produção, conservação de culturas ligados ao consumo familiar e fundamentado, sobretudo, na manutenção da qualidade de vida.

2.2.2 Jerzy Tepicht e a “força de trabalho marginal” do estabelecimento camponês

As reflexões sobre a lógica interna da economia camponesa empreendidas por Chayanov reunida ao enfoque marxista sobre o paradoxo da reprodução camponesa na agricultura capitalista é o que caracteriza as imersões teóricas de Jerzy Tepicht (1973). Por mais que os imperativos internos do estabelecimento (relativos a demandas familiares) sejam determinantes, o meio social o qual se insere o camponês também determina o perfil e as condições de sua exploração agrícola, Abramovay (2007).

Ambientando empiricamente suas reflexões na Europa para explicar o sentido de campesinato, Tepicht cria o conceito de modo de produção (em sentido muito próximo do encontrado em Marx) para caracterizar o campesinato enquanto um modo inserido em diferentes momentos históricos os quais tanto imprime suas características produtivas como adapta-se e recria-se ainda que não apresente capacidade de gerar formações sociais específicas sob seu modelo produtivo, Faria (2001); Abramovay (2007).

À semelhança de Chayanov, Tepicht identifica algumas características estruturantes do campesinato previstas na unidade constituinte entre família e estabelecimento agrícola, uso intensivo de trabalho e natureza patriarcal de organização social, Abramovay (2007).

Os autores citados convergem quando na interseção da abordagem de Chayanov e Marx, encontra-se nas reflexões de Tepicht pressupostos marxistas de que a produção camponesa ganha espaço no mercado por oferecer produtos mais baratos em relação aos produtos advindos de empresas capitalistas, sob preços orientados pela não definição da taxa de lucro na produção camponesa, mas de um rendimento suficiente à sua própria reprodução socioeconômica.

Para além, Tepicht define que o que “segura” a produção camponesa são forças de trabalho chamadas por ele como “marginais” ou “não transferíveis”:

Na maior parte das unidades camponesas da Europa, o essencial dos trabalhos da lavoura é assegurado pelo chefe da família. Já o serviço dos estábulos, dos chiqueiros e o que se refere aos pequenos animais é garantido sobretudo pelo trabalho em tempo parcial das mulheres, crianças e velhos, além das margens de tempos disponíveis pelo chefe da família, em suma, pelas “forças marginais” da unidade produtiva. Poderíamos chamar estas forças, também, de não transferíveis”, já que se esta família deixar sua exploração agrícola não poderá mais recorrer a estas forças para assegurar sua subsistência. Mas enquanto, por uma razão ou outra, a família camponesa não tem alternativa, é obrigada a aceitar por seu trabalho uma renda “marginal” que completa seu mínimo de existência (TEPICHT, 1973, p. 37/38 *apud* ABRAMOVAY, 2007, p. 84).

A condição de existência da produção camponesa dentro do sistema capitalista, além da capacidade deste incorporar no mercado produções de subsistemas não necessariamente capitalistas, reside antes que na resistência, na submissão da produção camponesa em preços inferiores dados por emprego de trabalho gratuito que não é encontrado no modelo produtivo do capital no campo, uma vez que “ao contrário da visão marxista, ele constatou que as relações capitalistas se deslocavam de dentro para fora da agricultura, ou seja, o capital abandonava o setor primário.” (FARIA, 2001, p. 50) especialmente num contexto em que a produção animal, diferente da de cereais, era majoritariamente camponesa, Abramovay (2007).

A conclusão apresentada por Tepicht, segundo Faria (2001) é a de que atividades econômicas agrícolas que demandam muita mão de obra são executadas por camponeses uma vez que sua força de trabalho não transferível barateava a

produção, enquanto que as atividades que demandassem maior emprego de capital ficassem a cargo das empresas capitalistas.

O movimento de comercialização dos produtos camponeses geraria, para Tepicht, condições favoráveis a acumulação dos oligopólios capitalistas, uma vez que nestas relações o trabalho marginal empregado no processo produtivo não é pago pelo valor do produto final, valor este definido pelos processos decisórios que envolvem a subsistência da família.

No entanto, conforme pontua Abramovay (2007), as contribuições do pensamento de Tepicht limitam-se aos contextos analisados em recortes europeus e escapam as variações de inserção da mulher no mercado de trabalho urbano, o que incrementa renda e novas possibilidades no estabelecimento, dentre outras variáveis que impõem um limite natural a qualquer generalização categórica sobre campesinato e seu comportamento econômico em face dos avanços do capitalismo no campo.

Hoje, já é possível compreender que dentro do portfólio analítico proposto por Tepich, a diversificação e intensificação do trabalho camponês sob orientação decisória da família, pode gerar um sobretrabalho ou uma disponibilidade maior de mercadorias a serem comercializadas, possibilitando, a partir das contribuições de Chayanov, que a família decida por mais ou menos renda a partir do emprego do trabalho na unidade, o que supõe, condições variadas de transformação e permanência da unidade camponesa a partir das suas próprias estratégias de emprego de trabalho para acúmulo de capital, redirecionamento de investimentos e assim por diante.

Até aqui, a existência do camponês dentro do sistema capitalista já escapa ao estruturalismo e a determinantes macroeconômicas de sua permanência. A partir da compreensão da família enquanto núcleo decisório da unidade camponesa que produz e que também consome é possível, aliado a otimização de emprego de trabalho, vislumbrar um dinamismo interno das unidades camponesas que decodificam seu funcionamento mas, sobretudo, o decodificam a partir de imperativos ligados as suas escolhas de mudança e inovação como condicionantes fundamentais de sua permanência e de manutenção de sua autonomia relativa. Estes pontos serão explorados no tópico a seguir.

2.3 Teoria do Investimento camponês

A existência do campesinato dentro do capitalismo consolidado da contemporaneidade em diversos países do globo, confirma que condicionantes internas as unidades exercem força responsável pelo grau de autonomia e balizam a capacidade de investimento e otimização produtiva dos camponeses. Estas condicionantes e sua força decisória comprovam o que Chayanov identificava com centralidade à família enquanto força de trabalho e consumo e, portanto, enquanto núcleo decisório.

No entanto, as forças não emanam só das especificidades internas, mas também de interações com o ambiente. Esta combinação resulta primeiro da relação entre a auto exploração camponesa (condicionada por fatores internos a unidade, como necessidades de consumo histórica e culturalmente definidas, variando espaço e temporalmente) com a exploração ligada ao contexto socioeconômico o qual a unidade está inserida (a partir de parâmetros estabelecidos macroeconomicamente) no ambiente o qual as famílias terão que se reproduzir, Costa (1995; 2012). Para o autor (1995), a partir daí será possível uma construção teórica do investimento camponês, em seu movimento de ascendência ou decadência no interior do capitalismo:

O algoritmo de sobrevivência da unidade familiar camponesa é, assim, ao mesmo tempo, algoritmo de adaptação às condições objetivas que a globalidade na qual se insere impõe à sua permanência. Tais condições são de ordem mediata e imediata. Depende de dinâmicas sistêmicas resultantes da racionalidade reprodutiva do todo e das condições particulares de reprodução local, onde, ao lado de relações estruturais de abrangência meso, efetiva-se uma racionalidade micro relevante. (COSTA, 1994, p. 19 – 20).

De forma correlata a Chayanov, Costa (1995; 2012), entende que o emprego de trabalho na unidade produtora familiar é aplicado mediante a atuação de componentes que regulam o equilíbrio da unidade a partir da mediação entre (in)satisfação da família com seu nível de consumo com o grau de cansaço, fadiga em função do trabalho alocado. Estes componentes, por sua vez, são definidos por padrões de natureza cultural, ligado ao padrão de consumo da família e ao padrão de emprego de trabalho, relacionado neste caso às normas locais e sociais de relação com a natureza e com os recursos por ela disponíveis.

Dito de outra forma, o que mantém o equilíbrio da unidade camponesa, este entendido como o ponto nodal de forças e demandas definidas dentro do núcleo familiar, são relações tácitas socialmente e produtivamente construídas, que respeitam tanto os limites de produção da força de trabalho familiar e os define tanto a partir da capacidade de emprego de trabalho de cada membro como do consumo demandado pela família, ajustados a uma rotina de trabalho mediada subjetivamente, constituindo um *padrão reprodutivo*, Costa (2012).

Os condicionantes de mercado e obtenção de lucro como norteadores do padrão produtivo não incidem da mesma forma no interior das unidades camponesas, dado que seus componentes estruturais escapam ao estruturalismo e dinamismo de mercado como prioridades na definição da agenda produtiva familiar.

Assim, Costa (1995; 2012), demonstra que a estabilidade destes componentes significa a estabilidade interna da unidade: produzir o que é necessário para consumir (não necessariamente consumir o produto produzido pela família, mas também obter renda suficiente a partir da comercialização deste produto) é o que se objetiva na racionalidade camponesa, num estado de estabilidade não se faz necessário intensificar o emprego de trabalho, seja na intensificação da atividade ou na extensão da jornada, pois esta intensificação vai resultar em sobrecarga no trabalho e aumento do grau de *penosidade*, em função de um acúmulo que não é característico da lógica funcional camponesa.

O equilíbrio desta correlação de forças, dado por Costa (2012) como eficiência reprodutiva camponesa é encontrado objetivamente no encontro entre o trabalho aplicado pela família com o orçamento familiar: quanto mais próximo estas duas grandezas se fizerem no sistema produtivo camponês, mais eficiente este funciona. Ou seja, eficiência reprodutiva é dada pela capacidade do sistema familiar reter em seu benefício “o trabalho por ele próprio despendido” (COSTA, 2012, p. 119).

No mesmo mecanismo, a *tensão reprodutiva* dá conta de explicar momentos os quais o balanço entre valor-trabalho se apresenta desfavorável e resultante em esforço de trabalho acentuado e absorção de proveito ao sistema camponês em graus insatisfatórios, ameaçando a capacidade do sistema de se manter e reproduzir-se sem que haja reordenação do emprego de trabalho, Costa (2012).

A esta tensão atribui-se razões diversas, o autor delimita que este aumento do esforço físico e mental decorre da necessidade de reposição dos mecanismos materiais de reprodução, introdução de produtos de consumo durável e fora do cotidiano orçamentário familiar até, por exemplo, necessidades ligadas a educação dos filhos e custos a ela agregados.

Dito isto, é natural que Costa (1995; 2012) compreenda que em momentos de crise, a intensificação do trabalho, seja na sua diversificação de atividades ou seja na extensão da jornada se faz presente mais como alternativa, mas como condição necessária a sobrevivência e, portanto, incide sobre estímulo necessário a mudanças estruturais que marcam as trajetórias camponesas em momentos de mudanças profundas rumo a estabilidade. Estas mudanças se realizam de três formas, exploradas por Costa (2012, p. 120) como:

1) De forma direta, partindo da reorganização do sistema produtivo e da disponibilidade de emprego de trabalho, implantação de novos produtos, aumento da complexificação do sistema através da formação de novos meios de produção. O autor relaciona este processo lembrando o que Tepicht (1973 *apud* Costa, 2012) classificou como “autoconsumo produtivo”.

2) A partir de vendas e poupanças, quando a renda obtida a partir da realocação de trabalho e, portanto, da venda de produtos possibilitará o acesso a recursos monetários. Neste ponto, Costa (2012) lembra que estes recursos podem advir de esforços feitos em colheitas/safras passadas.

3) Receitas de vendas e créditos, mecanismo o qual a unidade camponesa acessa recursos extraordinários a partir de créditos que são empregados em investimentos que assegurem a capacidade de reprodução a partir da mudança. Neste caso, o trabalho extra é disposto a pagar dívidas feitas anteriormente.

Dadas estas formas, a mudança se executa e se realiza até que as necessidades orçamentárias sejam atendidas. O autor descreve estes mecanismos dentro do mesmo rol que impõe a necessidade de investimento para a mudança, a crise e tensão reprodutiva. A chamada *mobilização a investir*, atenta o autor, não emerge da subjetividade ou aleatoriedade dentro da unidade camponesa, mas se

impõe de forma objetiva e tão mais intensa é na proporção do déficit orçamentário familiar.

As convergências teóricas encontradas entre Chayanov e Costa reorientam de forma límpida a compreensão das forças que atuam na orientação da unidade camponesa. São um esforço a partir da microeconomia camponesa, mas principalmente da incorporação da subjetividade e da interface unidade – ambiente que levanta para o debate condicionantes tácitos e particularmente familiares que são decisivos para a capacidade reprodutiva da unidade a partir da família como núcleo decisório.

A construção teórica mais minuciosa e contemporânea revela que, a principal determinante para investimentos que condicionam mudanças nas unidades não advém exclusivamente de imperativos macroeconômicos, supondo uma irracionalidade e aleatoriedade na racionalidade camponesa, lembrada pela resistência tradicionalista a incorporações técnicas e pela frágil capacidade de investimentos que subsidiem mudanças profundas, mas destacam que há forças e imperativos internos que escapam à análise macroeconômica e estruturalista e que são responsáveis por explicar quais condições atuam de fato na manutenção da capacidade reprodutiva camponesa no mosaico de tensões territoriais e econômicas que confluem na sua existência.

A crise, enquanto propensão primeira a investimentos e mudanças revela ainda a existência de um portfólio de estratégias de reprodução fora do alcance da racionalidade estritamente fincada no lucro, revela possibilidades e escolhas advindas da otimização do emprego do trabalho capaz de ganhos a partir da reorganização produtiva de forma muito mais complexa e dinâmica que a atomização das relações de trabalho capitalistas impõem como modelo reprodutivo.

As contribuições teóricas, longe de serem uma bússola para a compreensão da dinâmica produtiva da maniva em Tracuateua da Ponta, são instrumentos que ajudarão a revelar a possibilidade de outras condicionantes de mudança para além da crise, mas ajudarão de fato a reforçar a diversidade estrutural e territorial que dá sentido à capacidades complexas e tácitas de mudança e inovação do campesinato, atualizando o debate a partir de novos e dinâmicos usos do território.

CAMPESINATO EM SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ, DE FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL A ECONOMIA DA MANIVA EM TRACUATEUA DA PONTA

3.1 Formação socioespacial de Santo Antônio do Tauá

Os padrões de ocupação do município expressam diferentes momentos análogos aos padrões regionais da Amazônia: a *priori*, o modelo funcionalizado pela colonização (via fluvial) é marcante nas formações socioespaciais pretéritas e originárias dos primeiros povoados do município, como o distrito de Espírito Santo do Tauá, o distrito de São Raimundo de Borralhos e o distrito de Tracuateua da Ponta, todos com sua formação socioespacial determinada pela dinâmica funcionalizada pela navegação de rios que ligavam estes a centros mais dinamizados, como o município de Vigia de Nazaré, em finais do século XIX, estas ocupações efetivam-se primeiramente em contato com os índios Tupinambás, na região e com os fugitivos dos conflitos da Cabanagem, em Vigia.

Na mesma medida, o município sofre forte influência do padrão imposto pela introdução da malha ferroviária mas, de maneira mais acentuada, pela malha rodoviária que impõe certo dinamismo e determina novas possibilidades no território já em meados do século XX, período em que o município procurou firmar sua emancipação política do município de Vigia, obtendo êxito em abril de 1961.

Os dois modelos demonstrados traduzem momentos vividos em diversas das realidades amazônicas em seus impulsos ocupacionais e logísticos, pensados por Gonçalves (2010) como padrão rio-várzea-floresta e como padrão de organização do espaço firmado na estrada - terra firme – subsolo, respectivamente e nortearão de forma coadunada, o tracejo histórico do município, que se constrói abaixo.

O primeiro destes padrões, de forma precisa, estrutura-se a partir dos impulsos demográficos por vias fluviais entre os séculos XVII e XVIII em torno da ligação da cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará e de São Luís do Maranhão das fazendas de jesuítas e das sesmarias. Nota-se um sentido litorâneo de ocupação nas áreas que compreende, hoje, o município de Vigia de Nazaré (NASCIMENTO, 2016).

Este modelo passa a coexistir com os mecanismos logísticos que, expressos a partir da abertura da ferrovia Belém Bragança entre os anos de 1883 e 1908,

inseriram o que viria a ser o município nas estratégias de colonização agrícola do nordeste paraense, empreitadas pelo poder público, inaugurando um padrão de ocupação em função da abertura de estradas, em torno da ligação que Vigia tinha com a ferrovia (PALHETA, 1980).

A mesma autora pontua que este projeto de colonização agrícola era operado predominantemente por mãos familiares nordestinas trazidas pelos fluxos migratórios patrocinados pelo Estado, estes davam forma a padrões de ocupação firmados no então “caminho de Vigia”, acompanhando o crescimento da economia da borracha na época (uma vez que a colonização agrícola objetivava o provimento alimentício da capital) e acompanhando de igual maneira seu decréscimo a partir da queda do sustentáculo econômico da borracha na Amazônia, período em que o valioso mercado de Belém começa a definhir.

Os grupos nordestinos que chegam no que hoje é o município de Santo Antônio do Tauá fazem-se presente mais nas áreas ocupadas a partir da abertura via que posteriormente se torna a rodovia PA 140, enquanto as áreas mais adentro da floresta é composta por uma população que chegou por vias fluviais e mesclou sua ocupação com os índios Tupinambás, por volta do século XVIII.

A chegada de migrantes nordestinos Pará é fundamental para compreender o processo de ocupação e formação da fronteira agrícola no nordeste do estado: ainda que fora da zona de influência dos seringais (CONCEIÇÃO, 1990), a Bragantina não deixou de absorver os nordestinos que vieram procurar trabalho na Amazônia, alguns contribuindo de maneira provisória enquanto outras famílias de fato se fixaram, inclusive pela região dos campos (LEANDRO & SILVA, 2010, p. 8). É período em que Palheta (1980) identifica como um redirecionamento produtivo agrícola rumo “às atividades cujos produtos fossem de fácil colocação nos mercados locais, como à produção de lenha, carvão, madeira e mandioca.” (PALHETA, 1980, p. 24), e segue:

As ligações com os mercados locais e Belém, estabelecidos pelos colonos em lombos de burros para fugir ao ônus do transporte ferroviário, definiram o percurso da futura rodovia Belém – Bragança, paralela a ferrovia. Ao antigo caminho uniu-se o então “caminho de Vigia”, utilizado pela população dos núcleos coloniais ali estabelecidos. Dessa ligação, surgiu um pequeno aglomerado rural – o povoado de Santo Antônio do Tauá, que, mais tarde,

iria se transformar em sede do município de mesmo nome. (PALHETA, 1980, p. 24).

Os padrões de ocupação nas localidades mais antigas obedeceram tanto ao ordenamento territorial oriundo das políticas de colonização agrícola (portanto, em lotes divididos entre ramais transversais a PA 140) como aproveitaram as confluências destes com vias fluviais navegáveis (localização por exemplo, da sede municipal na atualidade), mas também mantiveram paralelamente as tendências de ocupação funcionalizadas pelos rios e ligações com outras localidades, imprimindo na atualidade uma diversidade de atividades rurais em função também das diferentes trajetórias de ocupação.

Este íterim garante a vocação essencialmente agrícola ao município na atualidade, contando com cerca de 798 estabelecimentos familiares segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário de 2015, os quais apresentam diferenciações elementares entre agrossistemas, força de trabalho, intensidade técnica e de capital, superfície plantada, integração ao mercado e diferenciações no uso de bens naturais e impacto socioambiental.

Dada esta diversidade, a comunidade recorte deste estudo localiza-se no ramal que liga a Vila de São Raimundo dos Borralhos, às margens do Rio Tauá, a sede do município. A comunidade Tracuateua da Ponta situa-se a oeste de Santo Antônio do Tauá, na bacia hidrográfica do rio Tauá, distante a 19 quilômetros da sede é formada por cerca de 400 famílias. Como será demonstrado a seguir, a diversidade da formação socioespacial do município é expressa na história de Tracuateua da Ponta através da confluência de momentos históricos e políticos importantes que, coadunado com momentos logísticos específicos da Amazônia, como as inúmeras possibilidades de mobilidade pelas bacias hidrográficas, deram origem a comunidade.

3.2 Formação Socioespacial de Tracuateua da Ponta

A origem do povoamento que deu origem a comunidade de Tracuateua da Ponta é imprecisa e remonta a momentos históricos importantes da Amazônia, estima-se que este povoamento tenha iniciado cerca de 200 anos atrás. A construção deste percurso foi possível mediante uma entrevista diluída em uma conversa com Dona Aldira Corrêa da Silva e com participação de seu esposo, Manoel Ribeiro da

Silva, ambos de 77 anos. A entrevista foi gentilmente cedida na manhã do dia 8 de abril de 2019.

Dona Aldira é professora aposentada, nascida e criada na comunidade é da terceira geração de uma família tradicional e presente desde os primórdios da comunidade (família Corrêa). Sua avó, como conta, foi uma das primeiras moradoras nascidas na comunidade e falecida aos 103 anos, na década de 70, da tradicional família dos Barbosa. Seu Manoel passou a morar na comunidade quando casado, vindo de comunidade vizinha presenciou momentos importantes da história de Tracuateua, como a abertura, por camponeses, do ramal que liga esta a comunidade vizinha de Remédio.

A origem do povoamento na região onde se localiza a comunidade é atribuída a chegada de Frades que fugiam dos conflitos sangrentos da Cabanagem³ no município de Vigia. O conflito, estendido de 1835 a 1840, foi intenso e ocorreu em centros importantes da época, como Belém e Vigia de Nazaré.

A chegada dos Frades pode ter sido através da saída de Vigia pela Baía do Sol das inúmeras possibilidades de navegação na região, possivelmente, estes escolheram as rotas mais escondidas que seriam o Furo da Laura, Furo do Joroca até a chegada ao Rio Tauá, na porção oeste do município. Os relatos não apresentam precisão e consideram ainda trechos de fuga pela mata.

Assim, chegam num ponto considerado estratégico e ficam uma estrutura de trapiche denominada de Desterro, onde efetivam ocupação. O momento desta chegada até a chegada do casal Dutra, descrita a seguir, é tomada pela imprecisão temporal dado os limites metodológicos deste trabalho.

O casal Maria Amélia Dutra e Manoel Dutra são tratados no imaginário da comunidade como os fundadores de Tracuateua da Ponta. Juntando a família formada por estes com os poucos que chegavam de comunidades vizinhas como Borrachos, Cocal e Prego a comunidade surge ainda com o nome de São Caetano.

³ O conflito foi um movimento popular contra as condições miseráveis e subumanas as quais índios e mestiços eram submetidos para sobreviver, ainda no processo de independência do Brasil. Este movimento popular incorporou influências notáveis da Revolução Francesa, fato atribuído a proximidade com a Guiana Francesa dos pontos foco da revolta, explicado pela facilidade de intercâmbio de ideias. Tavares (2008).

Não encontrou-se explicações quanto a mudança de nome ou as razões que da comunidade se chamar São Caetano no início, uma vez que a igreja erguida lá é dedicada a Santa Maria, mas é unânime que a mudança para Tracuateua da Ponta foi feita em função da presença de uma formiga chamada tracuá⁴ no igarapé que corta a comunidade. Uma outra atribuição é relacionada ao uso de uma espécie de látex extraído de uma árvore também de nome tracuá, utilizado medicinalmente para curar inflamações na garganta e bastante presente na região. O complemento “da Ponta” se refere a Desterro, o trapiche localizado na ponta de uma via de terra que leva até o centro da comunidade.

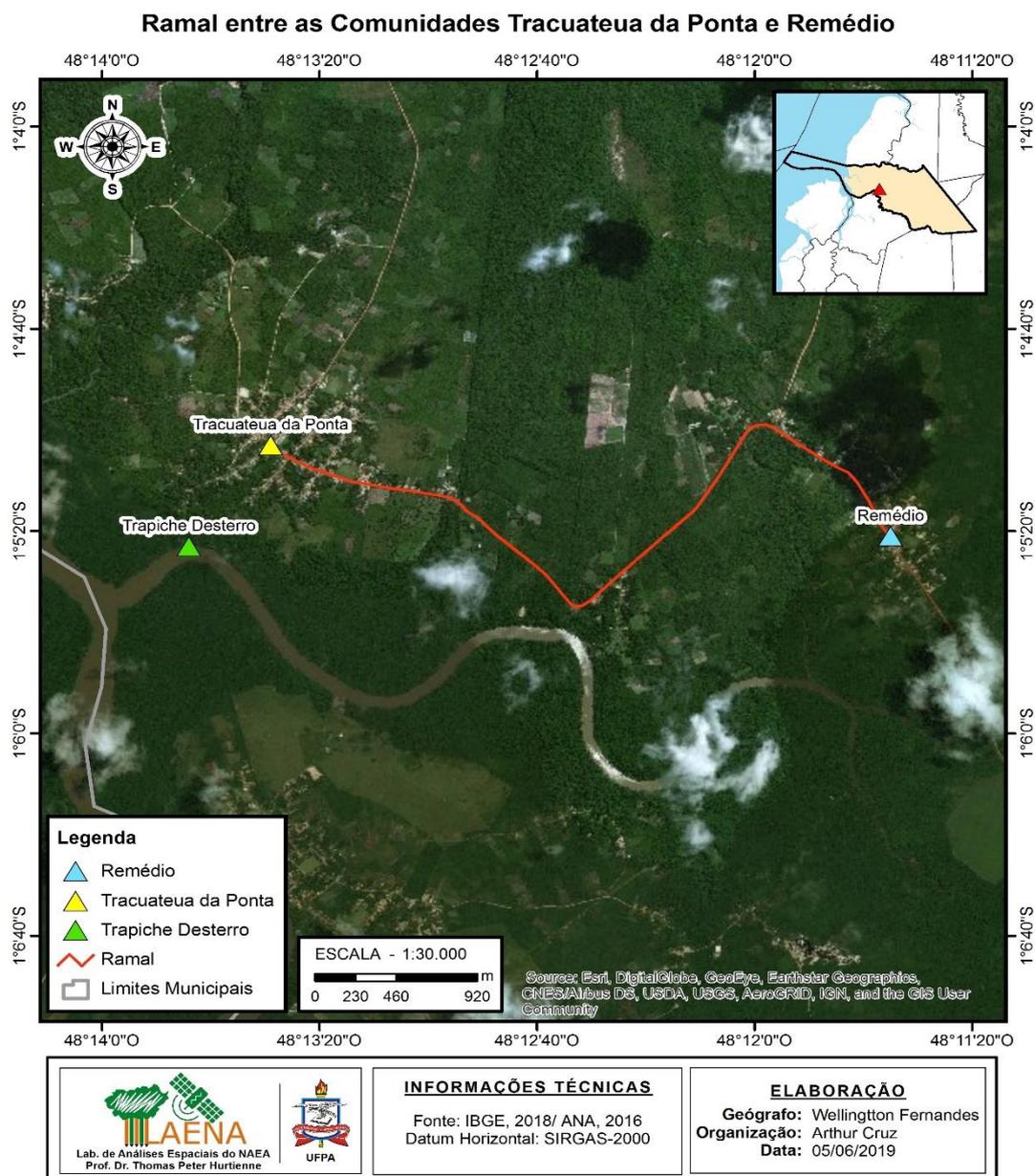
Conforme o casal entrevistado e segundo também o senhor João Batista, conhecido na comunidade como Janguito⁵, até o fim da década de 1970, a comunidade relacionava-se a centros comerciais como Vigia, Vila do Espírito Santo e raramente com centro de Santo Antônio do Tauá através da ligação fluvial com o Rio Tauá, no trapiche do Desterro. O custo logístico era alto em função do tempo gasto e dos sacrifícios das viagens, segundo Janguito. Foi então que em 1978 camponeses (40 a 50 homens) se reuniram aos sábados e abriram uma via na mata que saía de Tracuateua, atravessava a comunidade de Remédio até certa altura e alcançava o ramal que ligava esta até a PA 140. Nesta época, a via tinha sido aberta para extração de madeira, como conta o casal entrevistado.

A abertura desta via demandou um trabalho árduo e foi interrompida ao encontrar um trecho de várzea, já distante 5,53km de Tracuateua, o percurso é representado no mapa a seguir.

⁴ Tracuá é uma formiga encontrada com facilidade em áreas úmidas, tem ninhos normalmente em troncos apodrecidos.

⁵ em entrevista realizada na mesma manhã.

Mapa 2 Ramal entre as comunidades Tracuateua da Ponta e Remédio



Foi o momento que coincide com a visita do então governador do estado, Aluisio da Costa Chaves a Santo Antônio do Tauá e, em parceria com o então do município Prefeito Dr. João, cede material necessário para a implantação aterros que viabilizassem a ligação das estradas e a passagem de máquinas que consolidasse passagem nas áreas já viabilizada pelos camponeses. Atualmente, esta área do ramal que corta o mangue é delimitada por duas pontes sobre cursos d'água caudalosos no meio da mata, igarapés. Nos períodos de chuva é comum o isolamento por dias até que a água baixe e seja possível o tráfego de veículos na parte aterrada.

Em Tracuateua da Ponta, as atividades realizadas até os anos 1980 eram ligadas exclusivamente a agricultura (cultivo de roças e tabaco), produção de farinha e pesca. Os movimentos econômicos eram efetivados entre as famílias através de presentes e trocas e algumas vendas na feira de Vigia, cidade acessada através de rios em navegações por canoas, a esta os moradores recorriam também para serviços mais complexos e que exigiam de fato a viagem até lá.

3.3A produção e venda de maniva pré-cozida na comunidade, trajetória histórica e quadro atual

Até o ano de 1980, o sustento econômico dos moradores de Tracuateua da Ponta limitava-se aos horizontes da roça familiar (produção de farinha de mandioca), em menor escala a provimentos advindos de aposentadorias e ao funcionalismo público em alguns casos. Como se ouviu em todos os entrevistados ligados a produção de maniva na atualidade, a produção advinda da roça proporcionava escassos ganhos econômicos e limitava muito a capacidade de expansão da qualidade de vida e poder de investimento produtivo dos camponeses que dela dependiam, em função tanto do baixo ganho econômico líquido como dos níveis de concorrência local entre as famílias agricultoras. Neste aspecto produtivo, Tracuateua pouco se diferenciava das comunidades vizinhas uma vez que em sua maioria (vila de Remédio, por exemplo) realizavam a mesma atividade.

Apesar das dificuldades estruturais normalmente ligadas a produção familiar de roça, não houve relatos de uma crise que tenha agravado o quadro e que por si justificasse uma reestruturação produtiva coordenada: o contexto produtivo da comunidade começa a passar por mudanças a partir da década de oitenta, momento o qual a incorporação da produção de maniva se expande de forma tácita e orgânica em função de um ator chave neste processo.

A vida difícil e árdua na comunidade impunha aos jovens o abandono ou a concomitância da vida escolar com a vida do trabalho para auxílio na renda familiar, repensando estas condições, o senhor João Batista, conhecido na comunidade como Janguito, muda-se para Belém no fim do ano de 1976 na busca por condições melhores de estudos para seus filhos. Como este sempre obteve renda através da agricultura (roça), a saída encontrada para o sustento na metrópole foi o aluguel de

um ponto de venda na feira do bairro da Pedreira para comercializar produtos que ele produzia.

Conforme entrevista cedida na manhã do dia 8 de abril de 2019, Janguito relata que o único lugar em que ele encontrou venda de maniva moída para a venda foi no mercado do Ver-o-Peso, centro de Belém, quando passava lá para comprar frutas, a estratégia pensada pelo agricultor foi comprar para revender na feira da Pedreira. A aposta inicial foi a compra de 20kg de maniva já moída para revenda, a procura foi crescente e Janguito relata que dentro de meses já passava a comprar 50kg e até 100kg de maniva moída para revender na Pedreira.

A grande procura pelas folhas de macaxeira (*Manihoc utilíssima* Crantz), se deve por estas serem o ingrediente principal de um prato típico da culinária paraense, a maniçoba, altamente consumido no período do Círio de Nazaré, em Belém.

Assim, a procura pelas folhas no bairro da pedreira fez Janguito concluir que “lá em Tracuateua, no meu lugar tem muita folha, nesse tempo tinha muita roça por aqui” (entrevista 08/04/2019), a reflexão consumou num redirecionamento da venda de maniva em seu estabelecimento na feira, uma vez que Janguito passa a ir na comunidade obter folhas para moer em Belém e vender na feira, já em 1983. Neste momento, cinco agricultores que tinham suas roças passam a fornecer folhas para Janguito, é também neste ano que o fortalecimento da atividade que estava em expansão flui para o surgimento da associação.

A Associação de Moradores e Produtores de Tracuateua (AMPTEUA), é primeiramente um marco no percurso histórico da produção camponesa na comunidade, representando a institucionalização do associativismo como estratégia não apenas produtiva, mas política e territorial. Ciarini (2016) tracejou o percurso histórico do associativismo na comunidade, demonstrando seu sucesso desde a incorporação de novos associados produtores, até conquistas advindas com a associação como construção de Escola, aquisição de terras para o plantio e maior autonomia institucional para reivindicações.

[...] constituiu-se a Associação de Moradores e Produtores de Traquateua – AMPTEUA, sendo sócios fundadores os agricultores: Umbelino da Silva Barbosa (Primeiro presidente), Martinho Lobo, Manoel Carlos de Almeida, Benedita Souza de Alcântara, Ernestino de Souza Silva, Fernando de Souza, Cizino de Souza Corrêa, Manoel Ribeiro da Silva, Manoel de Vera Cruz Cardoso de Melo, Odilo Dutra Cardoso e Irene Souza do Amaral.

Inicialmente, a Associação era composta por 45 sócios, todos agricultores familiares, sendo sua diretoria composta exclusivamente por homens. (CIARINI, 2016, p. 45/46).

A estratégia de criação da associação baseou-se, sobretudo pela tentativa de criar um ambiente minimamente seguro de interface comercial entre os agricultores e o mercado em expansão na capital, além da busca de vínculos mais fortes dos camponeses tracuateuenses com o poder público municipal, não obtendo sucesso.

Em 1992 a demanda crescente do consumo e os ganhos correlatos a atividade possibilitou a compra, por Janguito, de uma Kombi para o transporte das folhas até Belém, além de uma máquina elétrica de moer carne utilizada para moer as folhas, este relata levar até 2000kg por semana de folhas de maniva para serem moídas na capital. A crescente demanda, segundo o entrevistado, possibilitou parcerias logísticas e o uso de um caminhão pequeno que chegou a transportar até 10.000kg de folhas por semana para Belém.

No mesmo ano como relata Janguito, a saída encontrada para suprir o mercado consumidor foi a introdução da folha de mandioca, *Manihot esculenta* Crantz, no circuito produtivo. Ressalta-se que esta variável apresenta elevado teor de ácido cianídrico, componente altamente tóxico que é eliminado mediante longo cozimento. A toxicidade do ácido cianídrico (HCN) é vastamente conhecida no senso comum e demonstrada em estudos como de Zacarias (2011), o cozimento da folha é tido como processo fundamental à eliminação do ácido Alves (2012), desde que este seja efetivado por sete dias.

Apesar desta especificidade, a variável não encontrou rejeição de mercado, uma vez vendida depois de passar pelo processo de pré-cozimento indispensável para a desintoxicação.

Ainda em 1992, a associação buscou apoio ao governo do estado justificando a alta da demanda e sua capacidade cada vez mais limitada de responder ao mercado, momento o qual o governo doou uma área a associação, medindo 180ha destinada ao plantio coletivo dos associados.

A história da produção de maniva, como descrita, entrelaça-se fortemente com a trajetória social de Janguito: em 1995 este retorna à comunidade e passa a morar lá para, em parceria com vizinhos produtores, fortalecer a produção e dinamizar o seu pré-cozimento já na comunidade, considerando a falta de estrutura física e espaço

para isso nas suas instalações em Belém. A partir do pré-cozimento, 1kg de folha rende de 1,3 kg a 1,4 de maniva cozida (folha moída e já cozida).

Este período é interpretado aqui como um período promissor para atividade em Tracuateua da Ponta: em 1996 Janguito fecha acordo de fornecimento com o Grupo Y. Yamada e logo após com a rede de supermercados Formosa. A demanda só para os supermercados Yamada iniciou com 200kg/semana, aumentando no decorrer do tempo e chegando a aumentar em dez vezes este valor no período de proximidade do Círio para a formação de estoque, a parceria com os supermercados foi firmada a partir da oferta do produto aos supermercados através de amostra.

O fornecimento a supermercados na capital se estendeu para o Grupo Nazaré e o Amazônia, ambos no fim dos anos 90. A parceria mais consolidada foi com Yamada e Formosa durou oito anos, finalizou, segundo Janguito, em função da falta de reajuste do valor pago pelos supermercados aos produtos, valor que não acompanhava o aumento das despesas, como por exemplo, a compra de lenha e obtenção de latões para o pré-cozimento, além do pagamento de diárias para os que apanhavam as folhas (apanhadores) e os que trabalhavam no pré-cozimento, “tu sabes que o trabalhador ele não quer passar anos ganhando o mesmo salário, né? Principalmente aqui que é mais na diária” (entrevista, 08/04/2019). Janguito atribui este rompimento também a dedução de 2,5% no valor da compra em função da ausência de nota fiscal, exigida pelos compradores.

Paralelamente outros produtores de maniva pré-cozida procuraram desvinculados a Janguito o Grupo Y. Yamada e o supermercado Formosa para vender seus produtos. Estes, da unidade Delícias do Pará, terão sua narrativa descrita a seguir, “os outros que me viam né ir e vir e viram o movimento” (entrevista dia 08/04/2019), nas palavras de Janguito.

Atualmente, Janguito não produz mais maniva pré-cozida, nem mói. Seu vínculo com a atividade é na revenda de produtores independentes para as feiras no município de Vigia, no distrito de Icoaraci e na feira da Pedreira, em Belém em volumes pequenos, variando até 150kg por semana. A venda no circuito informal parece ser mais sustentável diante dos mecanismos institucionais fiscais que, na fala do entrevistado, inibiram as relações com os supermercados.

Retomando a história da atividade para além do tocante à atuação de Janguito, nos anos 90 e início dos anos 2000 o pré-cozimento, atividade já difundida entre produtores associados a produção de maniva, se efetivava a partir de então em estruturas montadas nos fundos dos quintais, sob cobertura de lonas pretas e sobre chão batido. Os recipientes utilizados, conforme as entrevistas, eram em sua maioria latões de óleo diesel e/ou recipientes metálicos similares reutilizados que cozinhavam por uma semana as folhas colhidas, escaldadas e moídas, cozidas na lenha ou carvão. Os recipientes de envasamento eram bacias de plástico que armazenavam a maniva pós cozimento antes de sua embalagem em sacos plásticos alheio a caracterizações industriais comerciais, tais sejam marca, data de fabricação, validade e etc.

Ainda que o crescimento da atividade tenha incorporado produtores que outrora eram ligados exclusivamente a roça, Ciarini (2016) destaca que em 2005 um conflito interno na comunidade influenciou diretamente sobre a atividade. Muitos produtores ligados a roça não forneciam folhas às unidades produtoras de maniva por esta prática prejudicar a formação das raízes e diminuir a capacidade produtiva dos que eram associados a produção de farinha. Mediante esta situação e defronte da necessidade de adquirir crédito, a escolha pela maioria foi por forçar na obtenção do que foi a Casa de Farinha Comunitária e equipamentos ligados a produção de farinha, destinada ao uso dos agricultores associados. Atualmente está desativada e os equipamentos em desuso, precisando de manutenção. A escolha orientada também pela oferta de crédito, considerou a inexistência de uma linha que abrangesse os produtores de maniva pré-cozida.

Apesar disso, conforme relatado nas entrevistas, os sócios da AMPTEUA continuaram a fornecer folhas e a beneficia-las para comercialização e a atividade continua a ganhar fôlego, se difundido às margens de alguma regulamentação técnica. Relatou-se que em 2009 já se tinha um total de doze unidades domésticas produtoras de maniva pré-cozida ligadas a comercialização para a capital e outras cidades do interior do estado, como Vigia e Castanhal.

Em 2009, conforme relato de Cristiano Sena (proprietário de uma unidade produtora), o extensionista local da Emater foi até a Agência de Defesa Agropecuária do Pará – ADEPARÁ para explicar o avanço da atividade na comunidade na busca

de uma orientação técnica que formalizasse a produção, a agência informou que não havia previsão legal e técnica para a atividade, o extensionista procurou o escritório Regional em Castanhal que reuniu uma comissão para analisar a situação mas não obtiveram um produto que orientasse tecnicamente a produção.

As relações com a Emater foram frutíferas, culminando em estudos de viabilidade de uma variável da planta que é mais produtiva se destinada ao circuito produtor de maniva, a maniçobeira (*Manihot* cf. *pseudoglaziovii* Pax & K. Hoffm), frequentemente encontrada nos quintais das residências. O estudo objetivava otimizar a capacidade produtiva artesanal dos produtores, e segundo artigo veiculado pela Emater, ocorreu em 2012, quando esta

elaborou um projeto de pesquisa aprovado e financiado pela Secretaria de Estado de Agricultura (Sagri) e, em 2013, implantou, em parceria com o agricultor José Wilson da Silva Sousa, o primeiro campo de observação e multiplicação de material vegetativo de maniçobeira na comunidade Remédio, visando à distribuição aos 12 agricultores associados da comunidade de Tracuateua da Ponta. Utilizou-se uma área de pousio (arrancador de mandioca), com o preparo de área feito por meio de trator com grade aradora, aplicação de calcário e instalação de quatro parcelas, sendo três com maniçobeira e uma com mandioca da variedade pretão (Cardoso, 2015). (ALVES *et al* 2018, p.12).

Conforme relatado por um proprietário de uma das unidades em funcionamento atualmente, Cristiano Sena, a maniçobeira apresenta mais vantagens agregadas, tais sejam menor tempo de cozimento, odor de ácido cianídrico menor em relação as duas espécies já utilizadas além de esta produzir mais folhas em comparação com as demais. A caracterização do entrevistado condiz com os estudos de Cardoso (2015), ao constatar que a maniçobeira produz mais folhas se comparadas a demais do mesmo gênero (*Manihot*), tolera solos encharcados e a poda, além de obter-se um rendimento de folha após a poda de até 300 g/planta, após 45 dias.

A experiência, a nível de pesquisa, foi implementada com participação de alguns produtores na comunidade vizinha de Remédio, na qual foi implantado um projeto experimental de 1ha de mudas destinadas aos produtores de Tracuateua da Ponta.

A variedade não foi incorporada por todos os produtores artesanais da época, ainda assim, a atividade continuou a ganhar força e em 2012 já era amplamente conhecida nos mercados de Belém, em grandes redes de supermercados e feiras populares, porém, a ausência que normatização técnica e sanitária interferiu diretamente na capacidade competitiva e seguridade legal da produção na comunidade, o que resultou na atuação da ADEPARÁ notificando todas as unidades produtoras e definindo prazos para adequação técnica no que referia-se a tempo de cozimento, envasamento, recipientes utilizados e outras especificidades ligadas ao layout de agroindústria, ainda que a própria agência, conforme relatado nas entrevistas, não apresentasse um modelo previsto para a adequação antes da notificação.

De modo geral, a atuação notificou problemas sanitários e estruturais, como a manipulação inadequada, exposição a ambiente e poeira (já que a maniva era pré cozida em barracas de lona) e animais domésticos, uso de recipientes inadequados para o cozimento (latões, em sua maioria de óleo diesel reutilizados) e exposição a temperaturas elevadas.

Baseada nestes achados, a atuação resultou no fechamento de nove das doze unidades familiares de produção, as três que mantiveram funcionamento, o fizeram mediante assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), definindo um prazo de seis meses para adequação.

O percurso da atividade a partir de então passa a ser percorrido de forma mais próxima de organizações estatais ligadas a produção rural, como a Emater e a ADEPARÁ, esta última especialmente por meio de fiscalizações em visitas periódicas.

Os debates oriundos da normatização técnica da produção e manipulação de maniva cozida chegaram ao Ministério Público do Estado, momento o qual no dia 15 de janeiro de 2014 resulta na recomendação noticiada a seguir:

O Ministério Público do Estado do Pará, por meio da 3ª promotora de Justiça do Consumidor, Joana Chagas Coutinho, expediu hoje, 15, Recomendação à Associação de Supermercados Paraenses (Aspas) e ao Supermercado Líder para que adquiram somente maniva e tucupi de produtores que estejam adequados às exigências da lei e do Termo de Ajuste de Conduta (TAC), que preveem condições específicas de industrialização e comercialização desses produtos. Além dos produtores que já se adequaram as exigências, os

supermercados poderão também, pelo prazo de 90 dias, adquirir os produtos acima citados de cinco produtores que estão em fase final de regularização perante os Órgãos Públicos: Sabor da Terra, Distribuidora Mano Velho, Sabor da Mandioca, Sabor Pará e Sabor do Pará. Durante a reunião foram discutidos ainda os processos de higienização dos alimentos e sugerido modelo de embalagem plástica própria para os produtos referidos, contendo o selo que a Adepará irá disponibilizar, prazo de validade e número de lote. A Recomendação ressalta que o produtor que inserir seu produto no mercado durante o período de vigência terá igualdade nas condições dos demais já regularizados. Os estabelecimentos que comercializarem os produtos maniva e tucupi estarão sujeitos à fiscalização do Departamento de Vigilância Sanitária Municipal (Devisa), o não cumprimento acarretará nas medidas cabíveis. A promotora Joana Coutinho pede imediatismo na tomada das providências, por se tratar de matéria de relevante interesse público, de saúde e segurança alimentar". Estiveram presentes na reunião a Aspas, Adepará e representante do Supermercado Líder. (JUSBRASIL, 2014).

A essa altura, as três unidades produtoras em Tracuateua já organizavam em seu orçamento reservas para cobrir os custos de adequação e manter-se em funcionamento a partir das recomendações dos funcionários da ADEPARÁ que visitavam a comunidade. Neste interim, no dia 9 de maio de 2016 a agência publica no Diário Oficial um conjunto de normas para produção de maniva cozida, produto advindo da folha de mandioca (*Manihot esculenta* Cratz, 1766).

O documento dispõe de procedimentos padrões a todas as fases da produção, bem como de regulações relativas à estrutura química do produto:

Quadro 1 Parâmetro químico para maniva pré-cozida

DETERMINAÇÃO	Mínimo	Máximo
Sólidos Totais (g/100g)	8%	12%
PH (Na/K/Ca/H)	5,5	7
Acidez total expressa em ácido acético (g ácido/100ml)	0,02%	0,04
Ácido Cianídrico	0,0 mg/Kg	0,5mg/Kg
Cinza (g/L)	6	8
Densidade a 20°C (dependente da água)		
Carboidrato		
Proteína	20,47%	27,75%
Lipídeos	18%	22%

Umidade	8%	12%
---------	----	-----

FONTE: BRASIL (2016, p. 19)

As exigências dispostas no Anexo III passam a nortear a atuação da Adepará deste então e, por tabela, o novo layout exigido para a produção. Os equipamentos utilizados foram todos substituídos, os recipientes de envasamento e cozimento passaram a ser impreterivelmente de aço inoxidável ou material previamente aprovado pela ADEPARÁ. Os latões de óleo eram considerados inadequados por não serem destinados alimentos e, liberarem substâncias tóxicas no processo de cozimento. Demais equipamentos, como triturador, fogão, balança, baldes, facas e mesas também deverão ser de inox ou outro material aprovado pela ADEPARÁ.

No que tange as estruturas de produção, o texto exige que as instalações sejam construídas em alvenaria, inacessível em seu interior a insetos, pragas, animais domésticos e roedores, determina especificidades estruturais claras, paredes internas em cor clara e impermeáveis (lajotas ou tintas específicas) e de fácil higienização, janelas preferencialmente em material higienizável (aço e vidro, por exemplo), iluminação abundante, janelas superiores nas áreas de manipulação do produto vedadas com tela, construção de um local adequado a recepção de resíduos da unidade e fora do alcance de insetos e outros animais. Neste aspecto, o texto determina que qualquer alteração nas instalações físicas só poderá ser feita mediante autorização prévia da agência.

O anexo exige padronizações específicas para área de recepção e desfolhamento (podendo este ser manual ou utilizando faca de aço inoxidável); a área de processamento (lavagem e trituração); cozinhamento, uniformização e embalagem; depósito e armazenamento; escritório; vestiários dos funcionários e instalações sanitárias; e, higiene da unidade e higiene pessoal.

Dentre as proibições, veta-se uso de corantes artificiais e substâncias espessantes, uso de emulsificantes ou qualquer outro aditivo que altere a estrutura química original. O item 10.5 chama a atenção ao determinar que “A empresa envasilhadora fica proibida de adquirir maniva cozida de fabricantes artesanais e industriais que não estejam devidamente registradas na ADEPARÁ.” (p 19).

Essas regras condicionam o registro do estabelecimento e do produto junto a agência, que por tabela regulariza a atividade, este é realizado por unidade do estabelecimento (endereço de localização) de acordo com a atividade desenvolvida. Sua validade é em todo o estado e deve ser renovada anualmente através de requerimento do interessado que deve ser feito em tempo hábil, além da exigência de personalidade jurídica, definidas como CNPJ e Inscrição Estadual.

Foram definidos procedimentos também para as embalagens e rótulos do produto, contendo deste identificação da empresa, clareza nas informações sobre o conteúdo da embalagem, como o registro do estabelecimento e a inspeção da agência, bem com a toda maniva produzida no estado conter em sua embalagem a frase “Produzido no Estado do Pará, emprego e renda para os paraenses”. As embalagens serão apresentadas a agência no momento de registro do estabelecimento, estando passíveis de alterações mediante autorização da ADEPARÁ.

No entanto, até que estas normatizações se emanassem das agências ligadas ao poder público, a atuação já demarca mudanças profundas na trajetória social da produção da comunidade. Inaugura-se uma nova fase que será explorada a partir de uma imersão na história e na fase produtiva atual das três unidades produtoras que se adequaram/adequam às normatizações legais impostas a partir da atuação da ADEPARÁ e que são na atualidade, a estrutura produtiva vigente de maniva pré-cozida na comunidade.

UNIDADE PRODUTORA “DELÍCIAS DO PARÁ”

O surgimento da unidade “Delícias do Pará” é correlato a um momento áureo da produção na comunidade, datado entre o fim dos anos 90 e início dos anos 2000. A narrativa a seguir é construída graças a entrevista cedida por Edson Barbosa na manhã do dia 2 de abril de 2019, gerente da unidade e um dos primeiros a produzir de maneira posterior e paralela a Janguito.

Edson é natural de Tracuateua e reside na sede do município mas passa períodos na comunidade em razão de sua função de gerência. Seus pais são moradores antigos e advindos de família tradicional na região, sua participação é importante ainda que não seja proprietário da unidade, uma vez que no período em

questão, ele possuía os equipamentos necessários ao pré cozimento (maquinário manual para moer a folha e latão de óleo para o pré-cozimento/cozimento) e passa a fornecer maniva já cozida para Pedro Pantoja.

Esta parceria se consolida de fato no momento em que Pedro procura o supermercado Formosa para oferecer os produtos, no ano 2000, e por ter capacidade de investimento para criação de uma empresa a formalização de vendas é efetivada especialmente através de nota fiscal. Estes são os chamados “outros”, citados anteriormente por Janguito que fecharam parceria também com o Grupo Y. Yamada, chegando a fornecer na época até 6 toneladas por semana.

Até trabalhar com a produção de maniva, Edson vendia polpa de cupuaçu e relatou se inserir na atividade a partir de sua ascensão e diante da possibilidade de fornecimento a Pedro Pantoja, momento em que Pedro, ex morador da comunidade muda de ramo para se inserir na produção de maniva. Até essa mudança, Pedro obtinha renda através da promoção de festas de aparelhagem na sede que possui, a instalação da unidade no terreno no qual era realizado as festas marca o movimento de mudança na atividade.

Figura 1 : Fachada da unidade Delícias do Pará



FONTE: Trabalho de Campo (08/04/2019)

A unidade é a mais antiga da comunidade e manteve seu funcionamento após a atuação da Adepará, ainda mediante adequações previstas no TAC. Uma das condicionantes para a permanência da unidade foi a substituição dos recipientes de cozimento que de camburões de óleo higienizados e usados no processo, passaram

a ser utilizados panelões de alumínio. Delícias do Pará mantém suas atividades através da vinculação de até cinco funcionários, esta variação ocorre em função do aumento da demanda nas imediações do Círio, fenômeno observado em todas as unidades.

A unidade utiliza carvão vegetal para aquecer os latões que cozinham a maniva, 12 latões de 200 e 180 litros. A escolha por carvão em vez de lenha é explicada pelo desgaste da fumaça da lenha, que para Edson, é maior se comparada ao carvão, além dos custos serem mais baixos. O entrevistado destaca ainda que a eminência de uma escassez de lenha na região é um fator decisivo na escolha pelo carvão, considerando, portanto, a seguridade de acesso ao insumo.

A compra de carvão é feita na própria comunidade, cerca de 10 a 15 sacas de carvão para produção de 5000kg, a oscilação da demanda por carvão é o que orienta a periodicidade de compra deste insumo.

A unidade pertencente a Pedro Pantoja produz por semana 4 a 5 toneladas de maniva moída e cozida, distribuindo entre Belém nos supermercados Líder, Formosa e Nazaré e em Marituba, no supermercado El Shaday. Esta produção atinge o teto de 50 toneladas nas semanas que antecedem o Círio de Nazaré, na capital.

Diferente das unidades a seguir, Delícias do Pará produz de uma forma diferente, a folha só é moída depois de cozida até certo ponto, conforme destacou Edson. Escaldar a folha antes de moer e cozinhar elimina o ácido cianídrico ainda na água e reduz em até dois dias o tempo de cozimento final, neste processo também se obtém melhora por eliminar o gosto amargo da maniva cozida.

Edson conta que aprendeu essa técnica de eliminar o “veneno da folha” lembrando da forma de fazer maniçoba que sua mãe herdara de sua avó, escaldando a folha antes de cozinhar. Conta que neste processo, sente menos o odor do ácido.

A obtenção de folhas de macaxeira e mandioca é feita buscando-as em comunidades vizinhas como Frejo e Campo Serrado, em Santo Antônio do Tauá. Em períodos de procura elevada, capta-se matéria-prima em municípios longínquos como Santa Maria do Pará, Acará, Capitão Poço, Igarapé Açu e São Domingos do Capim, a variação de municípios não obedece a outros critérios além da combinação da disponibilidade de folhas e facilidade logística naquele exato momento, combinação

coordenada a partir de contatos diretos com camponeses destes municípios, associados a produção de roça e farinha, o valor pago aos “apanhadores” (indivíduos responsáveis pela coleta destas folhas) é de R\$0,50 por quilo coletado.

Figura 2 Folhas cozidas inteiras nos panelões na unidade Delícias do Pará



FONTE: Trabalho de Campo (08/04/2019)

Figura 3 Produto final da unidade Delícias do Pará



FONTE: Trabalho de Campo (08/04/2019)

Este sujeito, presente como o início de toda a mão de obra associada a produção de maniva cozida, é definido por jovens adolescentes ou adultos sem nenhuma ocupação ou, em tempo livre, da comunidade que se inserem para garantir renda, algo que Edson qualifica como importante, especialmente para moradores mais desprovidos financeiramente. Em comunidades que em que a produção de roça é consolidada e que fornecem para Tracuateua, essa função normalmente mobiliza membros das famílias fornecedoras.

Edson relata que a Emater tem relações com a unidade. As relações com instituições limitam-se a fiscalização semanal da Adepará nas instalações da unidade. Na imagem a seguir, o produto final da unidade que é encontrado nas prateleiras dos supermercados.

FÁBRICA E DISTRIBUIDORA DE MANIVA COZIDA MANO VELHO

De propriedade de seu Nelito, Mano Velho surgiu no ano de 2003, período efervescente da atividade na comunidade. Até montar sua própria unidade, Jordão Lobo de Oliveira⁶, filho de Nelito, conta que o pai trabalhava no supermercado Formosa e passou a montar nos fundos de seu quintal a estrutura necessária para moer e cozinhar maniva observando o sucesso da atividade nas vendas nas redes de supermercado na capital.

Figura 4 Fachada da Fábrica e distribuidora de maniva cozida Mano Velho



FONTE: Trabalho de Campo (22/09/2018)

⁶ Entrevista concedida gentilmente na manhã do dia 22 de setembro de 2018.

Há mais de 15 anos atuando, foi a unidade a mais rapidamente se adequar às normatizações dispostas a partir da atuação da ADEPARÁ. Mantém o ritmo de produção necessariamente por relações extra locais: compra folha de maniva de produtores bragantinos e de áreas de plantio nas margens da alça viária (cerca de 3 a 4 toneladas/semana) e fornece ao mercado de Belém (Mano Velho especificamente a supermercados como Preço Baixo, Bom Preço, Meio a Meio Paraense e Amazônia) a média de 3 toneladas por viagem, sendo de duas a três viagens por semana, variando de acordo com a demanda encomendada pelos compradores. Ao definir a periodicidade pela demanda das encomendas, o entrevistado justifica este método para evitar desperdício de recursos e otimizar a produção para evitar recusas do comprador, como relata, já ocorrido em situações de má planejamento e gestão da produção e consequente recusa de quase uma tonelada.

O entrevistado relata ainda o custo logístico de circular a produção, em média o gasto semanal com frete é de R\$1.200. Perguntado sobre a viabilidade de parcerias para dividir este valor todas os entrevistados, de todas as unidades, relataram que é inviável, uma vez que a distribuição é feita mediante encomendas diretamente de supermercados, de forma dispersa e variada, dificultando uma viagem que atenda coordenadamente todas as demandas.

A obtenção da matéria-prima em Bragança, como relatado, foi obtida mediante contato com um agricultor bragantino, natural de Tracuateua da Ponta que produz roça em Bragança. Nas palavras do entrevistado, o “disse-me-disse” fez com que chegasse ao seu conhecimento a possibilidade de obter folhas em Bragança de Dutra.

A compra de matéria prima de outras comunidades em outros municípios deve-se ao fato de que a maniva disponível na redondeza, em Tracuateua ou comunidades vizinhas como Remédio e o Furo, é advinda de agricultores que produzem roça e fazem farinha e o volume disponível para incorporação na produção de maniva é insuficiente. A incorporação de matéria-prima de outras comunidades é explicada também pelo aumento da concorrência local por folhas ocasionado pelo correlato aumento das unidades produtivas no começo dos anos 2000, o que inviabiliza a dependência de insumos locais.

A unidade compra de Tracuateua da Ponta e comunidades vizinhas a lenha utilizada no cozimento. Diferente da unidade descrita anteriormente, não utiliza carvão e produz maniva cozida de forma “tradicional” depois de moer a folha é cozida.

Figura 5: Interior do compartimento de cozimento da maniva, na unidade Mano Velho



FONTE: Trabalho de Campo (22/09/2018)

Mano Velho emprega de 10 a 20 funcionários e essa variação ocorre em períodos de alta demanda (como imediações do Círio de Nazaré), a maior parte destes funcionários tem plantios familiares e se empregam temporariamente na agroindústria como atividade complementar da renda, inclusive plantando nas terras comunitárias da Associação, mas nenhum fornece para a unidade. Como nas demais unidades, a utilização de máquinas de moer carne na trituração das folhas é indispensável.

Figura 6 Uso de máquinas de moer carne para moer as folhas



FONTE: Trabalho de Campo (22/09/2018)

Os proprietários compram folha de maniva de comunidades que tem em sua vocação econômica a produção de farinha e de goma e em escalas maiores que as locais, aproveitam o excedente não aproveitável nas atividades (a folha de mandioca) comprando e beneficiando. O ponto principal dessa parceria é que a fábrica tem alta demanda semanal a qual seria impossível suprir com a oferta de maniva na comunidade de Tracuateua e imediações, a única absorção para a produção que a fábrica faz na comunidade é a compra de lenha para o pré-cozimento da maniva (na comunidade Furo, nas imediações). A transação comercial de folhas é feita por atravessadores e essa parceria foi firmada a partir de 2014, período que marca o início do aumento de produção e necessidade de mais matéria prima.

MICROAGROINDÚSTRIA “SABOR DO PARÁ”

O percurso histórico e as condições atuais de funcionamento desta unidade são construídos aqui graças a entrevista cedida por Cristiano Sena, na manhã do dia 2 de abril de 2019. Cristiano é proprietário da Microagroindústria Sabor do Pará e atual presidente da Associação de Moradores e Produtores de Tracuateua.

Figura 7 Fachada da Micro Agroindústria Sabor do Pará



FONTE: Trabalho de campo 02/09/2018

A chamada micro agro indústria surge em 2009, mas suas origens remetem a experiência que Cristiano tinha na unidade Mano Velho, localizada exatamente na frente da sua casa e da sua unidade produtora. Cristiano quando bem mais jovem foi funcionário em Mano Velho de 2004 a 2009, momento o qual abre sua própria unidade. Como motivos que o levaram a abrir sua própria unidade, ele relata que o crescimento da atividade além de desde cedo ter “pegado a manha” (aprendido especificidades do processo produtivo) o encorajaram a montar sua própria unidade.

A relação de Cristiano com a Emater foi fundamental para o sucesso do seu empreendimento, em parceria com técnicos da empresa, ele elabora um projeto para atividade agrícola utilizado para subsidiar um empréstimo bancário. A transação, como planejado, serviu para compra de equipamentos e construção da sua unidade de produção de maniva. O entrevistado conta que a estratégia utilizada foi necessária considerando que não há linha de crédito específica para a atividade agroindustrial nas proporções desejadas. É desta parceria com a Emater desde a gênese da unidade que advém o termo “microagroindústria”, presente no nome, termo advém dos contatos técnicos e de seu universo semântico, nenhuma das outras duas incorporou esta nomenclatura ainda que o perfil produtivo e a estrutura interna entre as três sejam praticamente idênticas.

Atualmente, a microagroindústria capta folhas das comunidades vizinhas de Santa Maria, Estância, Borralhos, Remédio e de comunidades um pouco mais distantes como Travessa “C” (9ª Travessa) e Iracema (comunidade com forte produção de hortas e roças, localizada na região limítrofe entre Santo Antônio do Tauá e Castanhal) além de buscar também em Capitão Poço, na microrregião do Guamá.

Como também relatado nas outras unidades, a captação de folhas em comunidades mais distantes obedece a demanda por matéria prima, quanto maior, mais distante busca-se folhas para suprir as lacunas do que é oferecido nas comunidades vizinhas.

A parceria de Cristiano com a Emater surge ainda em 2003, período o qual a empresa experimenta o plantio da variável “maniçobeira” na comunidade vizinha de Remédios. O maior interessado no experimento continuou sendo Cristiano, o único proprietário que mantém plantio da variedade em terreno próprio, destinado a abastecer a unidade e tem planos de manter esta como a principal fonte de matéria prima a médio e longo prazo, Cristiano relata que encontrara quando criança esta variável nos quintais da comunidade, crescida de forma espontânea e excluída da atividade produtiva de roça por ter a raiz menos aproveitável, a partir deste conhecimento prévio que decide associar esta ao circuito produtivo da sua unidade.

Para isso, recentemente comprou um terreno nas proximidades da comunidade para plantio de maniçobeira, até o momento já tem uma tarefa plantada (a saber, um hectare tem área suficiente para quatro tarefas) e planeja que esta seja uma das fontes de folhas para a unidade.

A unidade vende maniva para os municípios de Vigia, Castanhal, Belém, Marabá, Soure e Macapá. A logística de transporte para o mercado é bem diversificada e depende de parcerias para dividir o valor do frete com outros comerciantes que não são da comunidade.

O mercado de Soure, por exemplo, é a Central de Abastecimento (CEASA) localizado no município, em Marabá os compradores são supermercados locais e a ida do produto até lá é feita a partir de uma contrapartida no valor do frete a caminhões que já viajam periodicamente para a cidade levando mercadorias, mediante parceria previamente definida. Em Macapá, o mercado consumidor é a rede

atacado-varejista Atacadão, o frete também recebe um valor de contrapartida da unidade e o transporte é fluvial.

Em períodos fora da alta temporada de consumo, a unidade compra cerca de 2 toneladas de folhas semanalmente e produz até 3000 toneladas de maniva cozida. Em períodos imediatos ao Círio (como no mês de setembro), a compra de folhas chega a 7,5 toneladas por semana, produzindo até 10 toneladas.

Como as demais unidades, mantém relações de trabalho com tracuateuenses a partir do pagamento de diárias, medidas em R\$ 25,00 a cada 1000kg produzidos, a unidade funciona com 5 funcionários fixos, número que oscila até 8 nos períodos de produção intensa. O insumo obtido exclusivamente de Tracuateua, como em Mano Velho, é só a lenha utilizada para cozinhar a maniva, também como em Mano Velho, nenhum dos funcionários tem plantios ou fornecem folhas para a unidade.

As relações da unidade com a Emater parecem ser mais estreitas que com as outras unidades, em especial se comparado a Delícias do Pará, o vínculo de parceria especialmente em função do uso da variável “maniçobeira”. Mano Velho destaca também que através da Associação, a Emater já disponibilizou cursos de capacitação no ramo, como cursos de manipulação de alimentos.

PERMANÊNCIA DE PRODUTORES ARTESANAIS

Depois da atuação da ADEPARÁ, a permanência de produtores que não tinham capacidade de investimento para se adequarem as padronizações foi ameaçada e grande parte dos produtores que interromperam suas atividades retornaram para a sua roça ou passaram a trabalhar em estabelecimentos familiares pela comunidade. Em todas as unidades visitadas, há de fato a prevalência de controvérsias quanto ao número exato de produtores informais, uma vez que as agências coíbem a incorporação dos seus produtos no circuito por ser considerada uma produção marginal às adequações técnicas.

Alguns produtores, como João Bragança, Lúcio Mauro e Valdeci são citados como produtores informais que vendem maniva cozida em feiras ou mercadinhos pelo município. Sua produção é de pequena escala, mas em tempos de alta demanda das

unidades descritas anteriormente, ocorre a incorporação de seus produtos no seio produtivo e beneficiado das unidades. E média, a produção total destes por semana não ultrapassa uma tonelada, e se mantém em condições análogas ao começo da atividade na comunidade: estruturas no fundo do quintal.

Um caso específico neste recorte é de uma unidade que ainda não cumpriu todas as exigências necessárias para o funcionamento adequado, mas mantém atividades com expectativa de se inserir formalmente no mercado.

Em entrevista com Senhor Ademar Corrêa⁷, conhecido como “Cheiro”, foi possível entender o funcionamento de uma unidade que parece situar-se entre as bordas do sistema produtivo e entre as unidades estabelecidas. Cheiro é proprietário da “Maniva Sabor Tracuateuense” mas não necessariamente esteve sempre envolto de atividades agrícolas.

Como relata, envolveu-se em movimentos políticos e partidários nos últimos anos o que, segundo o entrevistado, comprometeu a continuidade de investimento e adequação de sua unidade, mas ainda não conteve seu funcionamento.

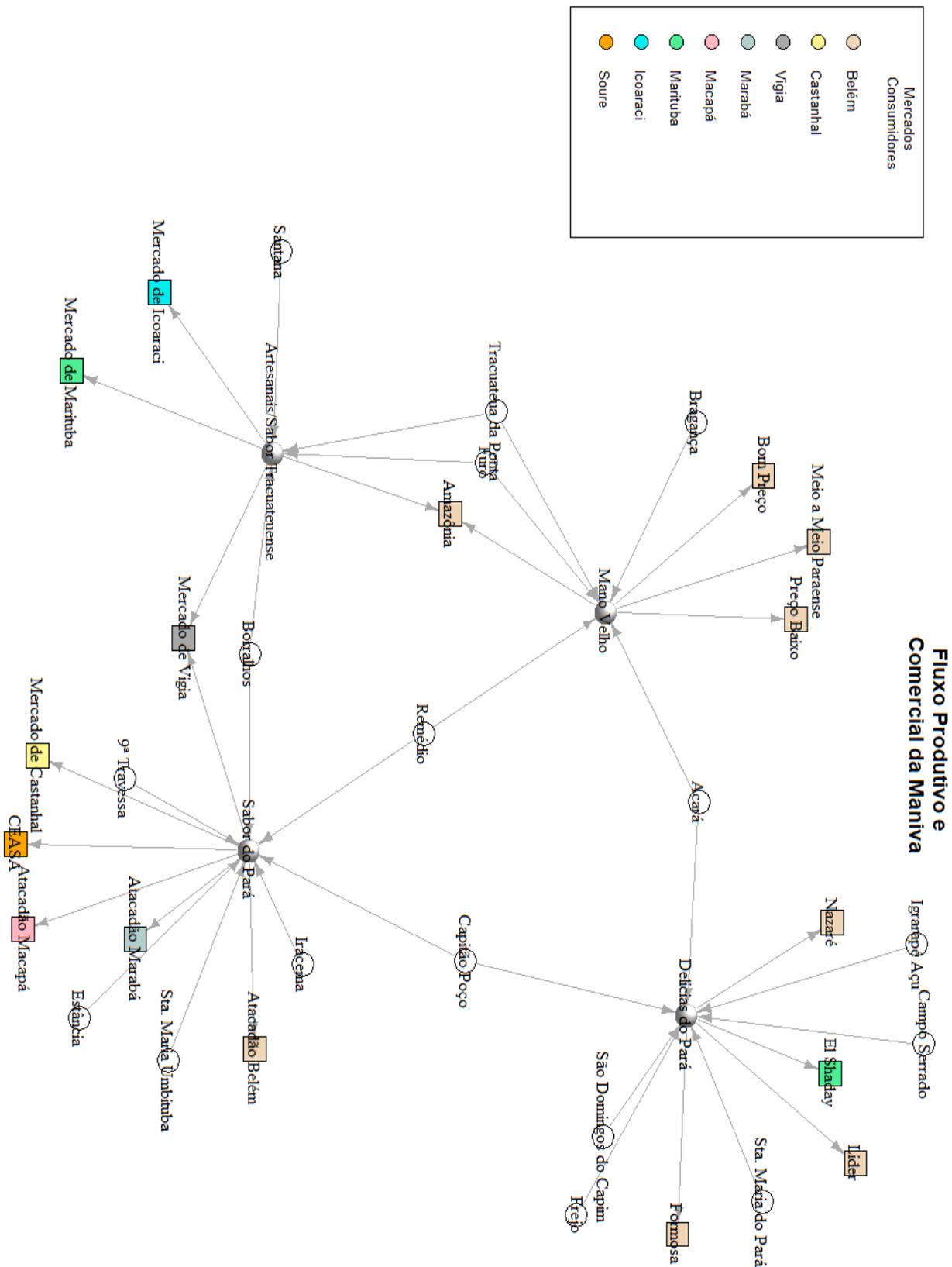
“Maniva Sabor Tracuateuense” mantém relações produtivas mais consolidadas em escala local: a de produção de em média duas toneladas por semana escoada para a capital dividida em três viagens semanais para supermercados de médio porte, em Marituba, Belém e Icoaraci. Por ser uma produção menor, a demanda de folhas é suprida pelo abastecimento local, de produtores na comunidade de Tracuateua da Ponta e comunidades próximas, como Borrachos, Furo, Santana e Santa Maria, a unidade tem cerca de dez anos e ainda funciona com muitas demandas técnicas, como estrutura física predial.

A organização espacial da produção, no que considera a obtenção das folhas, unidades de produção e a circulação até o mercado consumidor permitiu a seguinte ilustração gráfica, executada no Software R. Studio i386 3.5.1. As formas arredondadas representam as comunidades que fornecem folhas para o circuito, dispostas na cor branca. As esferas representam as unidades produtoras, todas localizadas em Tracuateua da Ponta. Por fim, as formas quadradas simbolizam o

⁷Entrevista concedida gentilmente na tarde do dia 22 de setembro de 2018

mercado consumidor, discriminando as cidades de acordo com as cores representadas no quadro que acompanha a imagem.

Rede 1 Fluxo Produtivo e Comercial da Maniva



ENSAIOS CONCLUSIVOS

Respeitando seus limites metodológicos e teóricos, esta pesquisa buscou reunir elementos que ajudassem a entender o movimento de inovação camponesa como um elemento chave do sistema produtivo familiar rural capaz de tornar claro os mecanismos de interação com os mercados, as estratégias de permanência e reprodução econômica camponesa.

Sem dúvida, a permanência do campesinato no capitalismo é uma questão que não se sustenta quando abordada a partir do questionamento da capacidade das unidades familiares em se reproduzir e existir na atualidade. A existência do campesinato é um dado concreto, demanda reflexões não sobre sua permanência ou extinção, mas sobre mecanismos os quais sua reprodução se expressa com mais ou menos eficiência e sustentabilidade.

Os primeiros tópicos deste trabalho deram conta de, para além desta dicotomia, encontrar em alguns pressupostos teóricos clássicos componentes que pudessem basear o entendimento da inovação camponesa como um movimento expresso na sua estratégia de existência e reprodução. Aqui, a revisitação de construções teóricas clássicas se deu por grande importância principalmente para indicar que o apego à clássicos não deve engessar ou enviesar a leitura das estruturas sociais que se tecem na realidade, estas construções baseiam discussões mas são sobretudo um ponto de partida para elaborações que sustentem uma compreensão da complexidade advinda da diversidade estrutural da relação capitalismo e campesinato na atualidade.

Decerto, estas respostas foram dadas com o percurso empírico aqui apresentado: a experiência de Tracuateua da Ponta levanta questionamentos de ordens diversas, todos de fato superam a dicotomia capitalismo *versus* existência do campesinato, apontam para a necessidade de análises mais cuidadosas que acompanhem os movimentos de mudança social e o dinamismo próprio do camponês em se reproduzir enquanto ser social num escopo que considere as diferentes formas e graus de inserção das unidades camponesas no mercado.

Na comunidade em estudo, estes movimentos são expressos no surgimento de unidades produtoras dentro de uma comunidade camponesa, sob controle e gestão de moradores da própria comunidade, antes, camponeses *stricto sensu*, agora, como

camponeses que detêm meios de produção para além da terra, beneficiam uma matéria-prima de origem local e articulam além da agregação de valor, a venda desta na forma de maniva pré-cozida.

O segundo momento deste trabalho foi uma preocupação em incluir no texto constituintes históricos e espaciais da atividade na comunidade, estes emergem e se encontram no território por excelência. Em sua capacidade de surgimento e constante reinvenção, surge e encerra-se no encontro de elementos sociais internos da comunidade e externos quando incorporam a lógica mercantil em adaptação as estruturas sociais de produção que compõem as unidades produtoras em seu surgimento e existência na atualidade. Combina ainda componentes normativos que foram forjados já a partir da efetivação da atividade e, por fim, componentes também exógenos, advindos da atuação de instituições como ADEPARÁ e Emater.

As lições advindas desta experiência ainda se desdobram e compõem um fato histórico na comunidade de Tracuateua da Ponta que ainda está em pleno acontecimento e desenvoltura, é um momento em tela que se constrói mas que já fincou na história uma identidade cultural para a comunidade e se aperfeiçoa constantemente, escapa aos recursos metodológicos a capacidade de desenhar perspectivas e desafios de forma nítida e definida no horizonte espaço-tempo, mas, sem dúvida, já permite abstrair algumas considerações que serão humildemente tecidas a seguir.

Da permanência e existência do camponês à experiência da inovação e mudança camponesa

O intercâmbio entre a construção teórica e empírica deste trabalho permite abstrair algumas considerações importantes. Decerto, o debate clássico sobre campesinato advindo principalmente do marxismo, propôs bases epistemológicas e metodológicas fundamentais tais sejam, por exemplo, a dialética da luta de classes como mecanismo teórico de decodificação social, e o materialismo histórico dialético como método.

Os limites de toda teoria e de todo método encontram-se na realidade concreta e na complexidade que a constitui, os limites se constituem de fato nas

generalizações e na determinação de postulados teóricos como dogmas que distorcem a capacidade de leitura da realidade, no escape a estas generalizações, o esforço seguinte é de leitura e compreensão a partir das experiências da materialidade da reprodução camponesa observada na comunidade em estudo. Assim, de forma voluntariamente seletiva se faz importante algumas revisitações a sessão teórica deste trabalho, atendo estas às lições entendidas a partir do que se observou em Tracuateua da Ponta.

As reflexões clássicas que abrem os debates sobre campesinato no modo de produção capitalista o fazem, como demonstrado, a partir do contexto de expansão do capitalismo industrial na Europa a partir do século XVIII, e assim constituem-se ancoradas em proposições políticas que determinaram às suas análises forte apego a causa revolucionária e as condições de permanência e de “revolução” cabidas ao campesinato, da Rússia antes da revolução de 1917 aos impérios germânicos da época.

A corrente marxista, no que tange ao *lugar* do campesinato no capitalismo, interpreta a existência de concorrências internas entre unidades camponesas como componentes de uma desarticulação política pautada no individualismo produtivo, algo que não seria presente na massa operária urbana. Este fator contribuiria para a tendente incorporação dos camponeses ao sistema, seja pela capitalização da produção (assalariamento rural, redefinição da lógica produtiva rumo a acumulação pela mais valia e produção em escala crescente) ou seja pela proletarização de camponeses que não tivessem tantas possibilidades materiais de se capitalizarem, os que venderiam suas terras (meio de produção inerente na agricultura) e sua força de trabalho aos camponeses capitalizados.

Ontologicamente, a produção marxista é estruturalista e parte de escalas macroeconômicas para entender a funcionalização dos indivíduos enquanto classes sociais a partir do momento que o *mercado* passa a ser o espaço por excelência das interações sociais e das estruturas produtivas, reestruturações que diferenciam e definem as classes sociais entre a burguesia, detentores dos meios de produção e crescentes acumuladores de capital, e o proletariado, estes inseridos no sistema como os que detém força de trabalho vendida à burguesia sob condições de exploração e incapacidade acumulativa de capital.

Em leitura da obra de Marx, Abramovay (2007) explica o sentido social de produtor e consumidor como instâncias separadas da vida social mediada por relações de mercado, uma vez que o pensamento marxista reflete a sociedade capitalista se mediada por estas relações (as de mercado) como um ambiente inviável à permanência de sujeitos sociais e modelos produtivos que aglutinassem estas duas esferas em uma só, como no campesinato ou artesãos.

Este ceticismo era, na esfera produtiva camponesa, pautado em função do emprego de *trabalho* e, portanto, do sentido sociológico e econômico da mercadoria ser composto tanto do sentido social como de sentido privado, uma vez que o processo produtivo obedece a condições internas e variáveis diferente das condições objetivas e escalares do modelo capitalista.

Portanto, uma vez que essa era a tendência de expansão e consolidação do sistema capitalista, a produção marxista não vê capacidade de permanência de modelos produtivos marginais (como o campesinato) que funcione a partir de uma lógica econômica interna, uma vez que esta carrega em seu resultado produtivo, a mercadoria, o caráter duplo de detentor dos meios de produção e trabalhador nestes meios, o valor de uso: a mercadoria é o fator de diferenciação social, diferenciação esta mediada anonimamente e impessoalmente pelas relações de mercado.

Nestas condições, a produção social se dá por meio de relações de constante subordinação à classe operária pela burguesia e sob constante tensão entre estes dois polos, a produção social, portanto, tende a comportar única e exclusivamente estes dois atores

a sociedade capitalista, na concepção de Marx, é o desenvolvimento da contradição entre o caráter privado e social do trabalho e, portanto, a preparação para uma organização social racionalmente disposta e controlada. É na polarização dada pelo duplo caráter da própria sociabilidade no mundo das mercadorias que se encontra a redução a apenas duas das classes em luta para a formação de um mundo novo. (ABRAMOVAY, 2007 p. 45).

Na interpretação marxista de Abramovay, o sistema econômico distribui homogeneamente duas funções e sentido sociais do trabalho, uma vez que artesãos ou camponeses produzem sob condições específicas dado que ambos detêm tanto as capacidades estruturais produtivas, como o controle do emprego de trabalho,

ambos estão fadados à extinção em função de suas especificidades os marginalizarem diante da polaridade do sistema.

Diante destas interpretações da obra de Marx sobre a sociedade de sua época, Abramovay (2007) reitera que a natureza ontológica do pensamento marxista não se dispôs a comportar em suas estrutura de decodificação social um corpo teórico que desse conta da existência de uma classe que não se encaixa produtivamente e sociologicamente na polaridade social, dada pelas relações de produção mediadas pelo mercado e pela diferenciação entre os que detém as possibilidades produtivas e os que vendem sua força de trabalho para os primeiros.

É natural, portanto, que o campesinato seja compreendido ou como um grupo de indivíduos socialmente residuais, tendidos à proletarização rural, operários ou a capitalização pela compra da força de trabalho e pela acumulação em forma de lucro por parte de produtores familiares rurais com maiores capacidades produtivas.

É neste contexto, que Ricardo Abramovay contribui significativamente para as (re) interpretações do *lugar* do campesinato dentro do corpo teórico de Marx, em especial por este estruturalmente não incorporar em seu modelo analítico uma categoria social que fugisse à polarização de classes, por logicamente ser impossível entender o campesinato além como residual no sistema em função de sua lógica produtiva e da natureza do trabalho e da mercadoria na sua lógica de funcionamento econômico, afinal, a lógica funcional das economias camponesas, entendidas enquanto mercantis, seria frágil e dissolvida da polarização social determinada pelas relações de mercado.

A contribuição em si situa-se na contextualização histórica das reflexões marxistas e se apresentam como horizontes iniciais das transformações advindas com o avanço do modelo capitalista de produção, as reflexões em escalas macroeconômicas são lentes opacas para entender a fronteira e os fluxos do capitalismo com o campesinato dado as especificidades inerentes ao ciclo econômico camponês e inviabilidade de tomar como universais e homogêneas as contribuições do pensamento marxista para a permanência e futuro do campesinato. O limite é a universalidade categórica.

O reconhecimento deste limite é um convite a compreender como condições estruturais políticas da sociedade russa nos fins do século XIX foram determinantes para as abordagens intelectuais dos que refletiam sobre a organização social russa num contexto de expansão capitalista na época. Ainda que Marx não fosse russo, a especificidade rural daquele país despertava bastante interesse e era uma característica a ser observada não apenas para entender os movimentos produtivos e a estrutura que os sustenta, mas para traçar perspectivas de como a sociedade russa politicamente desarticulada e defasada poderia se redesenhar mediante o avanço do capitalismo, inclusive o campesinato.

A capacidade de inovação, investimento e mudança escapa ao estruturalismo e a macroeconomia por serem componentes intangíveis na distância do enfoque macro, fatores advindos de especificidades sociais, culturais e domésticas que, embora tenham especificidades tantas exercem força suficiente para reordenamentos produtivos e aproveitamento de oportunidades.

As lições advindas da economia da maniva, em Tracuateua da Ponta, especialmente do seu surgimento e difusão, explicam mais: que para além de um vestígio condicionado a extinção, o campesinato tem incorporado em sua lógica funcional mecanismos próprios capazes de retroalimentar a unidade e a comunidade em movimentos de difusão e aperfeiçoamento interno, que estes mecanismos funcionam regidos sob leis de sociabilidade e gestão do capital que só são visíveis em escala territorial, portanto, em estruturas próprias e tangíveis a nível cultural e social.

Entender as condições de reprodução do campesinato no capitalismo requer a consideração de dimensões próprias da territorialidade camponesa em contextos específicos, que atuam ampliando ou reduzindo suas capacidades. A experiência da economia da maniva demonstrou que questões relativas à relação campesinato capitalismo na contemporaneidade são operáveis mediante consideração de aspectos inerentes ao território e a regras contextuais e intangíveis que orientam a realização do trabalho, entrelaçando dimensões diversas em sua gestão e execução, de natureza social, cultural e econômica (NASCIMENTO & ALBUQUERQUE, 2015).

Nossa hipótese é a de que a noção de trabalho, nas formas mais diretas de sua execução, como aquele presente em certo campesinato da Amazônia, faz parte de um sistema mais amplo de ações e de estratégias indissociáveis

de outras atividades do cotidiano, bem como das relações de parentesco, políticas e mesmo religiosas. (CASTRO, 1999 p. 5-6).

A experiência em Tracuateua da Ponta demonstrou a prevalência de elementos sociais sobre determinantes de mercado, ainda que a atividade venha representando um ganho econômico entre vários moradores da comunidade e se organizado em função do aumento da capacidade de competitividade: dito de certa maneira, as inovações advindas com a incorporação de uma atividade de venda e beneficiamento se difundiram e adquiriram certa personalidade produtiva a partir de relações, contextos culturais e estruturas sociais pré-estabelecidas a nível comunitário e por elas ganham performance e difusão, vide o exemplo de como se cozinhar as folhas antes de moê-las, na unidade Delícias do Pará como um componente produtivo incorporado a partir de conhecimento tácito, familiar passado de geração em geração, resultando em ganho e eficiência produtiva na unidade segundo o entrevistado, Edson Barbosa.

No mesmo esforço de análise, as proposições de Lênin sobre diferenciação interna do campesinato apresentam certa capacidade de elucidação teórica. De fato, as conclusões de Lênin sobre as “subclasses” camponesas são mais efetivas como resultados das reformas de 1861, o que deve ser considerado no escopo analítico para a diversidade estrutural a qual o campesinato é submetido na consolidação do capitalismo na atualidade.

A emergência dos *kulaks*, enquanto grupo de camponeses com maiores capacidades produtivas e controle comercial na Rússia do começo do século XIX remonta a uma mobilidade social correlata ao que ocorre em Tracuateua da Ponta, de agricultores a comerciantes. A prevalência de diferenciação interna através de diferentes possibilidades técnicas, emprego e remuneração da força de trabalho é um traço que foi apontado por Lênin como presença de relações capitalistas ainda nas comunas camponesas e que seria um ruir interno do campesinato.

Difícilmente seria possível determinar o alcance explicativo da diferenciação camponesa em relação a permanência das unidades familiares através do investimento e inovação e em sua relação ao sistema capitalista. Novamente, as forças que atuam nesta permanência emanam de uma autonomia invisível em escala macro, o que Woortman (1990) entendeu como articulações variadas entre o campesinato e o mercado é combinado com a intensa capacidade de adaptação e

propensão a mudança que as unidades camponesas tendem a exercer de forma rápida e funcional, a partir de decisões familiares e comunitárias em determinados contextos, como os de dificuldade reprodutiva. Estas articulações mediadas por mecanismos locais controlam da mesma forma a incorporação de relações de trabalho e os modelos em que estas se efetivam na comunidade.

A janela de oportunidade comercial proporcionada pela economia da maniva realmente terminou a estabelecer algumas distinções sociais dentro de Tracuateuada Ponta, a nível de agricultores que passam a beneficiar folhas de maniva que eles não mais plantam mas compram de outras unidades e comunidades, é uma experiência que toca a noção de *kulaks* constatada por Lênin na análise dos dados obtidos na época. Mas longe de representar a ruína do camponês ou a ampliação da proletarianização, o aproveitamento da oportunidade da maniva foi estabelecido mediante redes de sociabilidade e difusão que escaparam do recorte analítico leinista e aproveitaram elementos intangíveis que compõem o território camponês para alimentar a atividade e conseqüentemente fortalecer comunidades camponesas em diversos lugares, articulando a compra de folhas como um movimento produtivo tácito, socialmente fundamentado e minimamente equitativo, sem dependência de agentes externos.

Ainda que a difusão da atividade de produção e venda da maniva não tenha envolvido a totalidade da comunidade no circuito, a incorporação de cada produtor à atividade se efetivou, em verdade, visto que “a comunidade doméstica ou rural é marcada por um território, um sistema de vida baseado no parentesco, na interdependência econômica e em atividades e instituições locais” (SABOURIN, 2009, p. 48), sem envolver mediações estritamente capitalistas, como a concorrência interna até uma competitividade nociva, mas um certo nível de apoio mútuo, atípico em contextos econômicos estritamente capitalizados, componentes que seriam decisivos no aprofundamento da diferenciação.

A diferenciação interna dentro de Tracuateua da Ponta não significou a efetivação de relações rigorosamente capitalistas na produção, trabalho ou na difusão de oportunidade, antes é permeada por elementos que dão sentido a noção de comunidade, esta como

[...] um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a parte de relações pessoais e imediata, estruturadas em torno da família e de vínculos de sociabilidade, informação pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade. (MARQUES, 2004, p. 145 *apud* SOUSA, 2014)

O que dá luz a estas afirmações é encontrado na história de cada unidade produtora, enquanto novidades produtivas que se constituíram a partir das redes de contatos e sociabilidade na comunidade, do surgimento da parceria entre Pedro Pantoja e Edson Barbosa resultante na unidade Delícias do Pará, no fim dos anos 90 até o aprendizado de Cristiano Sena, enquanto trabalhador em Mano Velho e proprietário da sua própria unidade produtora, os resultados advindos com a atividade são antes um movimento de difusão da oportunidade de ganho, como as unidades mais primárias que chegaram a doze num momento áureo até 2012, do que uma expressão de diferenciação interna e diluição camponesa.

As relações de trabalho e produção transcendem as necessidades econômicas ao se materializarem como meio de manutenção e transferência de saberes, valores e constante aperfeiçoamento de práticas, agora orientadas para além do plantio para o aperfeiçoamento das capacidades produtivas das unidades produtoras de maniva, seja a nível do surgimento da associação até as parcerias e redes de obtenção de folhas firmadas a nível extra local.

Todas as articulações locais firmadas em prol do desenvolvimento da atividade de produção e venda de maniva pré-cozida escapam também as previsões estruturais de Kautsky, tanto a nível dos resultados previstos da diferenciação interna como da pressuposta incapacidade de incorporação técnica, dado que os camponeses que foram se envolvendo na atividade não apenas se reorientaram tecnicamente como aproveitaram-se de conhecimento intergeracional acumulado para novas criações técnicas.

Relembre-se a estratégia de moer as folhas já cozidas, em Delícias do Pará como um conhecimento advindo da mãe de Edson Barbosa, como também a incorporação de variedade mais produtiva (maniçobeira) no circuito produtivo de Sabor do Pará, esta agregação advinda principalmente da relação de Cristiano Sena com a Emater: não há uma rejeição rigorosa a incorporação técnica nos estabelecimentos camponeses, mas sim a prevalência de forças decisórias que

mediam a soma e o custo de capacidades técnicas exógenas em prol das necessidades e da otimização de ganho e emprego de trabalho nos estabelecimentos camponeses, com Chayanov relembra décadas depois, reforçado por estudos correlatos em realidades diversas e distintas feitos por Costa (1995; 2012).

Dado que as unidades produtoras de maniva surgem como uma extensão produtiva dos estabelecimentos camponeses de Tracuateua da Ponta até que estas sejam a principal atividade destas famílias, seu surgimento e funcionamento obedecem a estruturas internas que a elas deram origem. Estas estruturas advindas do estabelecimento familiar, são o ponto chave para a interpretação da lógica funcional da atividade na comunidade.

Herdam elementos da sociabilidade do trabalho e da produção fundamentais ao estabelecimento camponês e combinam estes com novos condicionantes de funcionamento e competitividade no mercado consumidor, portanto, mesclam a capacidade de incorporação técnica orientados pelo ganho, mas também pela capacidade de manutenção econômica futura e presente da unidade.

A inovação na comunidade através do incremento da economia da maniva não se efetivou sob altos custos e ameaças à reprodução das famílias em função das suas unidades em fundos de quintal até a chegada as unidades consolidadas, mas se efetivaram sob mediação de técnicas e aquisições equalizadas com balanço interno de produção e consumo, e paulatinamente, com as instituições e redes estabelecidas entre Tracuateua da Ponta e outras comunidades.

O núcleo decisório familiar e o balanço entre consumo e produção como lógica econômica interna da unidade camponesa passam a ser descritos com mais rigor teórico a partir das proposições de Chayanov. De fato, as contribuições advindas da análise interna das unidades em detrimento das leituras estruturais macroeconômicas deram suportes teóricos para saltos mais significativos, especialmente para compreender o movimento de incorporação técnica e capacidade de investimento, inovação e, portanto, permanência camponesa sob critérios diferenciados e determinados de fato pelas demandas de consumo familiar e emprego de trabalho.

As mudanças que advém desta lógica analítica das unidades camponesas orientam o olhar para a particularidade de contextos que estimulam ou contraem a

possibilidade de inovar e mudar. Em Tracuateua da Ponta esta capacidade é embutida em relações sociais tácitas que, como dito, são invisíveis no estruturalismo e impõem a noção de que grandes mudanças são proporcionadas a partir da intervenção de agentes externos, o que comprovadamente não faz sentido no caso em estudo.

A partir daí, os pressupostos apresentados por Costa (1995; 2005) sobre o funcionamento das unidades camponesas a partir da simbiose entre produção e consumo demonstrou que estas, antes de orientadas por mecanismos de mercado, funcionam primeiramente a partir das demandas familiares. Estas demandas, tais sejam o consumo interno ou o aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho ocorrem sob um cálculo variado em função do emprego de trabalho e da capacidade de cada membro familiar, ou agregado, de colaborar no bem final sem prejuízo da capacidade reprodutiva futura.

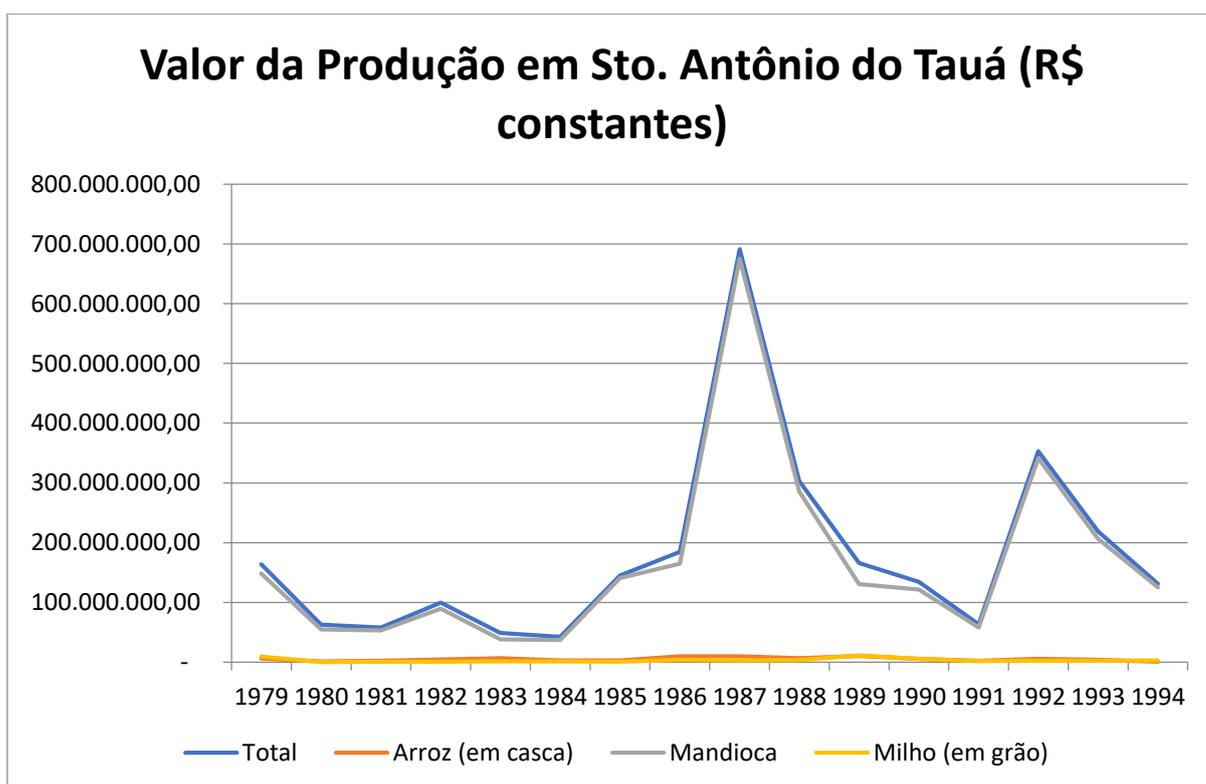
Indo além, Costa (2012) demonstra a existência de um ponto de equilíbrio buscado pelo movimento funcional das unidades camponesas que tende a ser a interseção entre o trabalho aplicado pela família com o orçamento familiar: quanto mais próximo estas duas grandezas se fizerem no sistema produtivo camponês, melhor este funciona, dado como *eficiência reprodutiva*. Este ponto de conforto da unidade pressupõe a não propensão a investimentos de maneira espontânea ou sob aposta em ganhos extras, investimentos tais sejam emprego de trabalho ou incrementos nos meios de produção. Esta não propensão respeita o risco de perda ou dano de capacidade reprodutiva futura, seja financeira, instrumental ou ligada a penosidade de trabalho extra empregado, estes pressupostos indicam que antes da rejeição rigorosa a mudanças, há a prevalência da manutenção da eficiência reprodutiva familiar como prioridade.

Assim, a eminência de abalos estruturais e macroeconômicos nas unidades camponesas são de fato possibilidade de rupturas com escolhas técnicas e produtivas construídas em determinado espaço-tempo rumo ao aperfeiçoamento de recursos e de emprego do trabalho em prol do alcance do equilíbrio interno. Esta possibilidade é mediada por certa elasticidade produtiva das unidades, advinda de certo nível de autonomia camponesa no que diz respeito aos seus processos decisórios

A crise, portanto, mais que um movimento macroeconômico compressor dos circuitos curtos da economia camponesa, é uma oportunidade de otimização de gestão dos recursos disponíveis, terra, trabalho, instrumentos, insumo... Que no decorrer da história, segundo Costa (1995; 2012), tem sido força mobilizadora de aperfeiçoamento das capacidades reprodutivas do campesinato no capitalismo.

Decerto, a diversidade estrutural que caracteriza o ambiente imposto à existência do campesinato a partir da coexistência e subordinação ao capitalismo, em suas várias fases, resultou também em variáveis da existência econômica e social destes sujeitos que escapa vez ou outra a tendências teóricas por, em seu movimento de reprodução, incorporar nuances intangíveis mas presentes nos resultados finais de sua existência e importância econômica local.

Gráfico 1 Valor da Produção em Sto. Antônio do Tauá

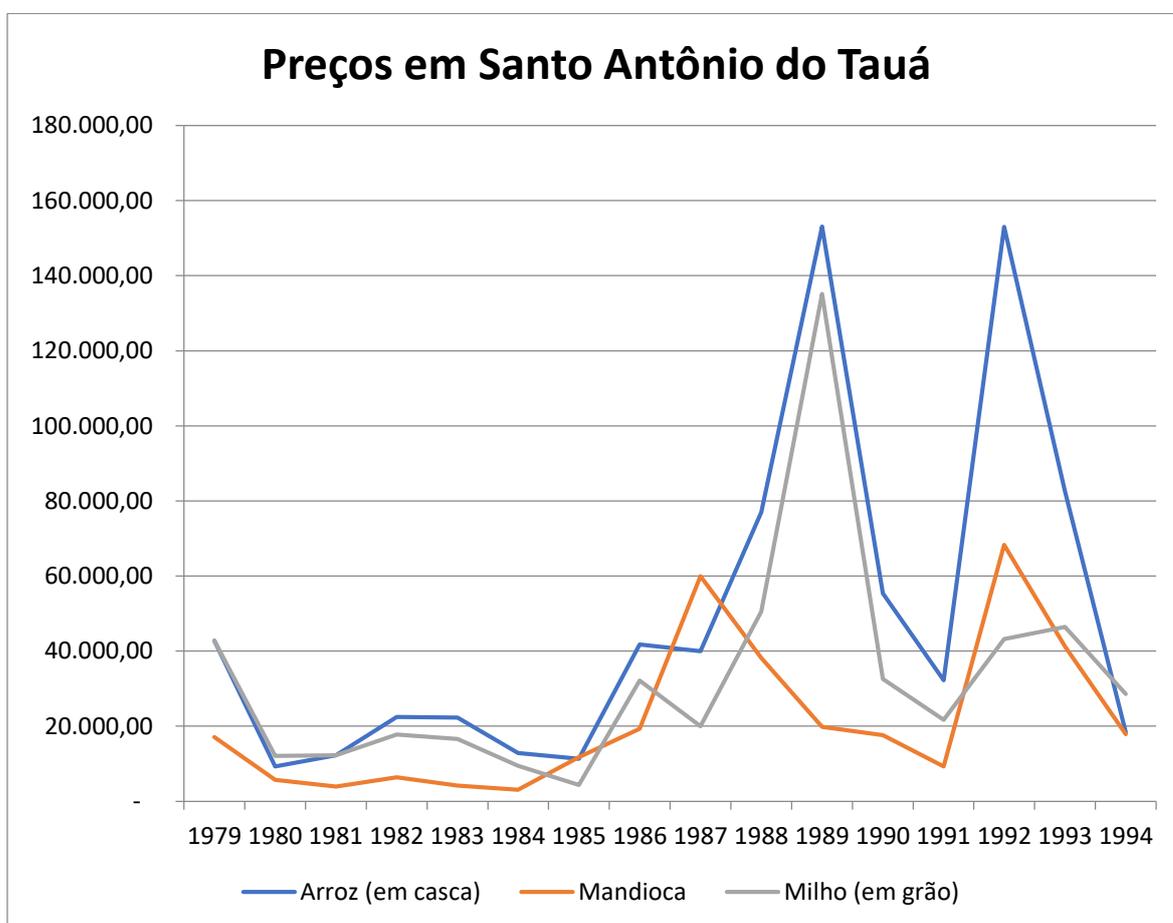


As inovações produtivas que se constituem na economia da maniva em Tracuateua da Ponta conjugam um compilado de elementos que se difundiram de forma orgânica por entre os moradores ao se inseriram na atividade. A esta inserção associa-se a mudança no padrão reprodutivo das famílias, num cenário de incertezas

e queda dos preços da mandioca, principal produto advindo da agricultura camponesa nos anos 1980 em Tracuateua da Ponta.

O ambiente de incerteza advém do cenário produtivo da mandioca a partir da década de 80, conforme apresentado nos dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), de 1979 a 1994, demonstrando que a tendente queda dos preços a partir da década de 1980 coincide com a mudança de atividade e incremento da oportunidade comercial da produção de maniva na comunidade.

Gráfico 2 Preços em Sto. Antônio do Tauá



O vislumbre de Janguito, nos anos 80 é o início de um movimento que transformou camponeses produtores de roça na comunidade em proprietários de agroindústrias domésticas, transformou camponeses em proprietários de meios de produção para além da terra, mas agora possuidores de possibilidades comerciais as quais seria possível incorporar conhecimento tácito e culturalmente absorvido da própria formação cultural dos moradores expressos na produção de maniçoba.

Assim, o interessante da experiência não encerra-se nas redes produtivas e comerciais estabelecidas a partir da consolidação da atividade, é, sem dúvida um movimento de extrema expressividade econômica e colaborativa entre camponeses de Tracuateua da Ponta e de outras comunidades, mas o movimento inicial representa uma experiência maior, a oportunidade de mudança no padrão reprodutivo partindo do aproveitamento do conhecimento ancestral como recurso produtivo, além da inovação técnica advinda primeiro com a produção em escalas menores (se antes a maniva para consumo doméstico era produzida em panelas, agora a produção em escala maior exige o uso de latões, ainda que inadequados para a atividade), para posteriormente, esta atividade ser orientada e aperfeiçoada tecnicamente em função de instituições externas, através da ADEPARÁ e a Emater.

A inovação camponesa se expressa como um movimento muito mais complexo e constituído de variáveis que a teoria clássica tem capacidade de comportar. Para além de rejeição ou absorção de modelos técnicos exógenos, a atividade na comunidade em sua substância técnica é resultado da simbiose de potencialidades locais advindas da vivência em muitos interiores da Amazônia na produção de manijoba para consumo familiar com a incorporação de certas possibilidades técnicas a partir das instituições.

Nota-se, não há uma homogeneidade completa na absorção de técnicas produtivas, principalmente para além das que se referem a normativas condicionantes de funcionamento, mas sim um movimento de escolha técnica: ainda que todas as unidades tenham conhecimento da existência da variedade “manijobeira”, algumas já *a priori*, outras depois do experimento de plantio de mudas pela Emater em 2012, só a unidade Sabor do Pará incorporou na sua agenda produtiva a inserção da variedade, relembra-se a particularidade já citada de cozinhar as folhas antes de moer, em Delícias do Pará. Para diminuir tanto o teor de ácido como o tempo de cozimento.

De todo modo, a produção de maniva na comunidade se constitui como o resultado de componentes heterogêneos que se encontram advindos tanto das estruturas sociais camponesas, como o conhecimento e seus movimentos de difusão da oportunidade, como também de elementos de mercado e demanda e, em última instância, a influência das instituições fiscalizadoras e reguladoras.

A formação socioespacial da comunidade, enfatizada novamente a seguir, é um componente importante para entender o perfil produtivo das primeiras famílias que moraram em Tracuateua, advindas principalmente de comunidades vizinhas, sugerem hipóteses sobre escolhas produtivas e a viabilidade de novidades e inovações se difundirem em determinados movimentos.

Hipóteses a partir da formação socioespacial da comunidade

Como mencionado nos esforços de traçar uma historicidade do município e da comunidade, a formação logística e espacial disposta em duas principais lógicas distintas de ocupação do território organizou espacialmente a produção e a circulação de produtos camponeses, bem como os perfis característicos de cada comunidade de Santo Antônio do Tauá.

Nos termos discutidos por Porto-Gonçalves (2005), a formação socioespacial da Amazônia, como um todo é resultado de diferentes lógicas de ocupação e funcionalização do espaço que obedece a capacidades logísticas e interesses diversos. Num primeiro momento que o autor pontua perdurar até os anos de 1960, dado como padrão “rio-várzea-floresta” de ocupação, a região era organicamente explorada e ocupada através das possibilidades de navegação.

Este padrão, nos termos tauaenses, correlaciona-se com surgimento de Tracuateua da Ponta por volta do século XIX através da chegada dos Frades que fugiam da Cabanagem, a chegada de famílias, contatos com Vigia ou outros centros e o sucessivo crescimento da comunidade até os anos de 1970 era viabilizado unicamente por vias fluviais ou terrestres ligando-a a outras comunidades que também tinham saída diretamente para a Baía do Sol, Rio Tauá ou para o Furo da Laura.

Este movimento articula a existência de um campesinato com perfil produtivo majoritariamente voltado para o autoconsumo ou para vendas com comunidades vizinhas de maneira secundária. A prevalência de roças nos agrossistemas (como relatado nas entrevistas) levanta a hipótese de que a tendenciada queda dos preços representasse de fato uma ameaça a eficiência reprodutiva das famílias. Ainda que possivelmente a produção de arroz (com tendências de alta de preços nos anos 1980, ver Gráfico 2) aparecesse nos agrossistemas, apresentava grande dificuldade de

inserção nos mercados de Belém ou cidades vizinhas em função dos custos e do tempo de percurso pelos rios para de comercialização, o que sugere a possibilidade de sua existência atrelada intimamente ao consumo doméstico.

A essa abertura de mercado foi condicionada a colonização dirigida do nordeste paraense, destinada principalmente para abastecer o mercado de Belém de gêneros alimentícios agrícolas, advindos das áreas destinadas a plantios de famílias recém-chegadas do Nordeste, delimitada por Porto-Gonçalves (2005) como um período posterior à década de 60.

Em Santo Antônio do Tauá esse processo se materializou na abertura de vicinais (denominados no município como “Travessas”) a partir da PA 140 até o quilômetro 29 da rodovia. A formação social destas áreas, diferente de Tracuateua da Ponta, foi efetivada principalmente por famílias nordestinas atraídas para a região pelas promessas de disponibilização de áreas agrícolas, seguindo o mesmo padrão que possibilitou o crescimento demográfico do município.

O direcionamento de imigrantes para estas áreas e a facilidade de acesso a ferrovia Belém - Bragança condicionou dinâmicas demográficas e fundiárias próprias da região, fator que explica o fenômenos mais específicos de colonização dirigida em comunidades do município como João Coelho e sua inserção nas tendências gerais de grande parte do nordeste paraense no que tange ao crescimento das taxas de densidade demográfica e crescimento vegetativo, além de um perfil produtivo mais direcionado para mercados de Belém, como a CEASA através da produção hortifrutigranjeira, Nascimento (2017).

A partir desta dinâmica, a existência e o perfil produtivo deste campesinato são profundamente diferenciados de comunidades camponesas que surgiram e se reproduziram em comunidades próximas a cursos d’água navegáveis, o modelo de ocupação, uso da terra, emprego de trabalho e perfil de consumo é profundamente diferenciado.

Assim, o movimento entendido por Porto-Gonçalves (2005) como padrão “estrada-terra firme-subsolo” condicionou a este campesinato diferentes formas de interação com os mercados de Belém na mesma medida que condicionou interfaces diferenciadas de incorporação técnica e perfil agrícola. Tracuateua da Ponta já existia

no período delimitado pelo autor como divisor dos padrões de ocupação, mas se “toca” com a dinâmica funcional das estradas somente em 1970, momento o qual a abertura do ramal pelos camponeses é finalmente apoiada pelo poder público.

A partir deste período as entrevistas, especialmente com Dona Aldira e Janguito, relatam grandes mudanças na comunidade, como a chegada de mais moradores (“pessoas de fora” nas palavras da professora aposentada) chegadas pelo ramal ligado a PA 140 atravessando a comunidade Remédio e também coaduna com a sucessiva ida de Janguito a Belém e assim a posterior incorporação da maniva na atividade econômica da comunidade.

As altas de preços, ainda que oscilantes, da cultura do arroz demonstrada na PAM não parecem ter sido determinantes nas escolhas técnicas e nos condicionantes de mudança para as famílias da comunidade, pelo fato de a cultura não ser a base produtiva em Tracuateua da Ponta e por isso, ter pouca capacidade de induzir a reestruturações na rotina de trabalho em função de algum tipo de oscilação de preços, fato que parece ter mais relevância para os mecanismos de manutenção da eficiência reprodutiva de camponeses de outras áreas, em tela as de colonização nordestina.

É importante ressaltar este como um dado histórico com reverberações já expressas na atualidade, especialmente pelas redes estabelecidas entre Tracuateua da Ponta e outras comunidades/municípios com formação socioespacial diferenciada e perfil produtivo mais ligado à dinâmica de estradas, como Iracema, 9ª Travessa, Frejo, Capitão Poço e Bragança, para obtenção de folhas a partir da circulação via ramal, altamente predominante na atualidade.

As redes comerciais e produtivas estabelecidas a partir dos recursos logísticos disponíveis na atualidade expressam um movimento de dinamicidade e constante aperfeiçoamento das capacidades produtivas das unidades em Tracuateua da Ponta, acumulam componentes estruturais na simbiose agroindústria doméstica advinda da agricultura camponesa com potencialidades de formações socioespaciais diferenciadas em sua gênese e perfil produtivo, sem dependência ou estímulo advindo de atores exógenos, mas com ampla autonomia e proatividade interna.

Sobre as interfaces entre economia da maniva na comunidade, as instituições reguladoras e fiscalizadoras e as normas

Apesar da crescente expansão dos ganhos econômicos obtidos pela comunidade de Tracuateua da Ponta, desafios normativos inibiram significativamente as condições materiais de reprodução econômica da atividade. Ciarini (2016) demonstra que a ausência de layout da agroindústria de processamento, práticas satisfatórias de beneficiamento; delimitação de temperatura adequada para o tempo de cozimento; envasamento inadequado; tempo de prateleira; entre outras causas, “motivou a atuação de fiscalização da ADEPARÁ na comunidade de Tracuateua e todas as agroindústrias foram notificadas para adequação às normas da vigilância sanitária, embora a própria agência não apresentasse uma proposta técnica para adequação”(CIARINI, 2016. p. 53).

Posteriormente, como descrito, a associação buscou apoio na Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará “para apresentar à Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca (SEDAP), na época SAGRI, o projeto de construção de uma Agroindústria Comunitária de processamento de maniva pré-cozida. A não aprovação do projeto resultou no fechamento de nove das doze unidades restando apenas as três que se encontravam com maiores potencialidades de adaptação técnica.

Considerando, de fato, a importância das normatizações técnicas para a produção de alimentos, é notável que a atuação mediante a ausência de uma normativa técnica vigente ou algum tipo de ação de possibilitasse uma adequação prévia ao fechamento das unidades significou na prática um constrangimento da produção.

Há, portanto, um *gap* entre a atuação das instituições normativas e reguladoras de produção de alimentos e o arranjo formado em torno da produção camponesa de maniva, algo que a literatura comprova não ser novidade quando se referindo a diversidade de experiências de formações econômicas locais e a distância das formulações normativas legais.

A vigência deste impasse simboliza, na prática, um obstáculo que transcende a rentabilidade econômica e incide sobre elementos socialmente tangíveis que

materializam a reprodução camponesa em Tracuateua da Ponta. O elemento central passa a ser uma lacuna que supera os discursos institucionais reguladores e as possibilidades produtivas da comunidade: encontra-se num campo em que os códigos de linguagens, normatizações e modelos produtivos não interagem entre si e resultam em uma retração a iniciativas locais de desenvolvimento em prol de generalizações normativas que muitas vezes são substanciadas na homogeneidade produtiva e permitem escapar ao estímulo institucional o fomento de potencialidades locais de desenvolvimento.

A diferença entre o que se dispõe nos mecanismos legais e normativos e o que se reproduz na concretude do território é expressa, por exemplo, na estratégia de Cristiano Sena para obter financiamento para a atividade, apelando para projetos de plantio através do PRONAF que, de fato, não seriam efetivados mas representaram capital para construção da sua unidade produtora, denominada por ele como “microagroindústria”.

Somente em 2016 a ADEPARÁ divulga uma Instrução Normativa que orienta a produção tecnicamente, dois anos depois do Ministério Público do Estado ter recomendado a redes de supermercados que comprassem maniva apenas de unidades que estivessem de acordo com os Termos de Ajustamento de Conduta, incluindo aí duas unidades de Tracuateua da Ponta.

Em termos práticos, a forma como as instituições de fiscalização e assistência, bem como o setor jurídico atuam na trajetória da produção da comunidade sugere que a linguagem e os pressupostos jurídicos forjam-se de forma inapta para estimular e fortalecer iniciativas locais de desenvolvimento, levanta-se a hipótese que a função reguladora como está posta é mais adequada, ou surge para, acompanhar estruturas produtivas hegemônicas e exógenas dos territórios mas que nestes são implantadas, reproduzindo jurídica e normativamente a racionalidade de que o desenvolvimento e crescimento econômico são componentes advindos de fora das lógicas internas e das potencialidades produtivas locais em suas várias dimensões de constituição: social, cultural, ecológica e política.

O resultado em tela da forma como as instituições normatizadoras atuaram na produção de maniva na comunidade expressa que uma otimização das iniciativas locais só foi possível mediante um prejuízo anteposto, em descaminho com o

aperfeiçoamento das normativas técnicas em acompanhamento e estímulo a potencialidades locais já em crescimento e desenvolvimento para uma difusão frutífera que corroborasse em competitividade e fortalecimento das capacidades produtivas camponesas em Tracuateua da Ponta, num esforço de minimizar a exclusão social.

Nas entrevistas também foi questionado como o poder público municipal se fazia presente no percurso da atividade, através da Secretaria Municipal de Agricultura. No que tange as competências previstas para a pasta e disponíveis na sua página na internet⁸, a execução de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável do município é objetivo central, se desdobrando na promoção de serviços infraestruturas, assistenciais, extensionistas e erradicação da insuficiência estrutural. Destaca-se neste tópico, a atenção prevista para o fomento de atividades alternativas de renda.

Em todas as unidades produtoras foi questionado como se efetivava a relação destas com o poder público municipal, em todas a resposta obtida foi a de que nunca houve qualquer tipo de apoio institucional do Poder Executivo do município.

Os *gaps* institucionais citados anteriormente quando descritas as atuações de agências de fiscalização e a instrução normativa posterior, de fato representam um problema dificilmente contornável em função da própria natureza de forjamento das normas ser intrinsecamente generalizante e tendente a abarcar e contemplar a homogeneidade produtiva rural. Mas, para além deste há o problema escalar entre o que se efetiva na concretude do cotidiano e do lugar e o que está presente nas normas reguladoras e nas agências de fomento, seja extensionista ou creditícia.

Este problema seria facilmente contornável se o Poder Público local fizesse uso da sua potencial proximidade com as experiências de desenvolvimento rural que emanam no interior do município, como no caso de Tracuateua da Ponta. As disfunções normativas e reguladoras encontrariam obstáculos em constranger a produção local camponesa se a proximidade escalar entre a Secretaria de Agricultura e a comunidade fosse utilizada como recurso para estimular um crescimento

⁸ SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA. **Competências**. Disponível em: <http://pmsat.pa.gov.br/portal-da-transparencia/estrutura-organizacional/secretaria-municipal-de-agricultura/> Acessado em 04/06/2019.

sustentado da atividade, dispor de capacitação profissional para os trabalhadores das unidades, auxiliar nas adaptações normativas antes da atuação ao menos na intermediação para elaboração de plantas e projetos tecnicamente assessorados.

A nível local, o principal mecanismo de auxílio que foi organizado a partir do surgimento da atividade na comunidade partiu de dentro de Tracuateua da Ponta, que foi a AMPTEUA, como destaca Jordão Oliveira, da unidade Mano Velho. De fato, especialmente a fala dele e de Cristiano Sena destacam a importância da associação para a atividade. Ainda que ela não atue diretamente em prol dos proprietários de unidades camponesas, a associação intermedia diálogos com a Emater em prol de apoio técnico como os citados cursos de manipulação de alimentos.

Possibilidades enxergadas a partir da atividade

De fato, o exercício de prospecção sobre o futuro a partir do presente em si congrega variáveis de ordens diversas que tendem a borrar o cenário desenhado quando este se efetiva concretamente, cenário este construído a partir da cosmovisão do sujeito que se propõe a prospectar, seja o cientista, o estadista, o agricultor ou o artista, por exemplo.

O exercício deste tópico é em sua natureza limitante de si por ser constituído de construções teóricas e metodológicas de determinada bagagem acadêmica, também inerentemente é envolto de determinada cosmovisão, o que determina a construção tópica deste momento do texto. Em si, portanto, um exercício de tentar enxergar tendências a partir de estruturas e movimentos em tela, que podem se fundir com variáveis diversas sobre o percurso da economia da maniva em Tracuateua da Ponta, de interesses pessoais, senso prático dos agentes, tendências de mercado e/ou suas contrações até o surgimento de novas oportunidades e por aí, novas mudanças.

A atividade, no devir do seu acontecimento congrega oportunidades que podem suceder em crescimento embutido de distribuição dentro da comunidade, a AMPTEUA enquanto experiência de organização e união dos moradores é um instrumento potencial para o fortalecimento da atividade e inclusão de mais famílias no processo produtivo, na reserva de terras para plantio específico de maniçobas barateando o preço e a obtenção de matéria prima e incluindo famílias que não beneficiam mas poderiam ingressar no circuito produtivo através do plantio, reitera-

se o fortalecimento da associação no intuito também de dinamizar uma agenda de cursos de capacitação da mão de obra camponesa de Tracuateua da Ponta ou ainda, montagem de uma fábrica da associação, incluindo moradores que estão à margem do processo.

Otimizar, através de uma agenda de capacitação, as relações com a Emater e com outras instituições fora do município mas que promovessem algum tipo de benefício a comunidade e a atividade, através da AMPTEUA.

Como determina a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, 30% do valor repassado a estados, municípios e ao Distrito Federal deve ser destinado ao provimento de merenda escolar na compra de produtos advindos da agricultura considerada de base familiar, no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). De fato, representaria o fortalecimento da atividade em Tracuateua da Ponta além de garantir a difusão da produção da comunidade dentro do próprio município. Naturalmente, esta oportunidade também agrega a necessidade de estudos relativos ao valor nutricional da maniçoba e a sua viabilidade de inserção na dieta escolar da educação básica.

Conclusões

A pesquisa se esforçou em demonstrar como uma oportunidade comercial, aliada a uma tendência de dificuldade reprodutiva foi aproveitada e incorporada em Tracuateua da Ponta num movimento de mudança e inovação no padrão reprodutivo dos camponeses que se envolveram na atividade.

As redes intangíveis estabelecidas nos momentos de difusão da oportunidade e as redes comerciais estabelecidas a partir de então ajudaram a caracterizar o caráter endógeno e organicamente camponês da atividade, imediatamente rompendo com grande parte das heranças teóricas e institucionais de entender e enquadrar socialmente a produção camponesa no Brasil.

Historicamente, a literatura acadêmica, política de partidos e movimentos sociais expressam a ponta de um *iceberg* imerso na história do Brasil quando referida aos mecanismos de subordinação do campesinato. A penetração nas histórias de

indivíduos, grupos, comunidades e todos os tipos de expressão humana da existência do camponês no país permitirá também a imersão na subjetividade da existência subalterna, reproduzida e implementada pelo capital e pelo Estado.

Na história social da Amazônia, a subordinação dos povos da floresta e dos que para cá foram arrastados é a coluna cervical dos processos de expropriação e imposição do viver na fronteira e da floresta, expressa na infinidade das relações entre o capital, o Estado e o campesinato, amplamente descrito na ponta do *iceberg* que a produção acadêmica consegue abarcar.

Na natureza da subordinação encontra-se a luta pela terra, que se arrasta desde a extinção do modo escravista de produção como tal, daí, desdobra-se todo tipo de exploração e manutenção da desigualdade e miséria delegada a grupos de famílias inclusas no sistema como reserva de mão-de-obra e produtoras de alimentos a baixo custo, desde que não concorram com as terras do agronegócio agroexportador. Neste ínterim, grande parte da literatura que se debruça a compreender estes processos de enquadramento social e institucional do campesinato ainda o fazem sob pontos de vista macroeconômicos ou pior, analisam a lógica funcional das unidades camponesas a partir do capitalismo, contribuindo com a visão de pobre rural, produtor irracional, exército reserva de mão de obra.

De fato, a desigualdade fundiária se reverbera em várias dimensões do ser camponês em fricção com o capitalismo, mas, não encerra em si os conflitos e os mecanismos que manipulam a desigualdade. A experiência da economia da maniva em Tracuateua da Ponta põe em relevo a prevalência de movimentos intangíveis de subordinação, que são expressos nas entrelinhas dos percalços presentes no percurso histórico e atual da atividade.

A forma como o Estado, seja através das instituições fiscalizadoras e da própria natureza normativa entra em interface com o percurso histórico da atividade em Tracuateua não sugere a prevalência de uma relação voltada ao estímulo ou aperfeiçoamento das capacidades produtivas da comunidade, mas uma atuação que vai de encontro a experiências que questionem o papel historicamente determinado ao campesinato na sociedade e no setor produtivo rural.

A oportunidade aproveitada por Tracuateua da Ponta é posta em tela comprovando a necessidade de outros paradigmas tecnológicos para a Amazônia que escapem a tendência de incorporação da lógica produtiva homogênea, hegemônica e exógena na região. Comprovam a necessidade das reflexões teóricas sobre campesinato acompanharem as suas possibilidades de participação produtiva sob uma racionalidade ecológica e socialmente sustentável em prol das capacidades produtivas dos seus territórios.

Remete, portanto, a necessidade de paradigmas ecológicos, sociais e tecnológicos capazes de em si comportarem a diversidade estrutural inerente a existência e reprodução do campesinato.

À autonomia camponesa, reitera-se que a experiência da produção de maniva em Tracuateua da Ponta pressupõe uma autonomia adversa ao isolamento da comunidade, mas uma autonomia que gerencia níveis de incorporação dos mecanismos de mercado às suas próprias lógicas produtivas, combinando componentes de ambas as dimensões num devir que, sob acompanhamento de instituições e organizações voltadas a otimização de capacidades produtivas locais, tende a colaborar tanto para a manutenção desta autonomia como no aperfeiçoamento das práticas produtivas para assim, um horizonte de desenvoltura nos mercados da metrópole ser coadunado com desenvolvimento local e distribuição de renda dentro da comunidade, diminuindo riscos e aumentando ganhos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed. - São Paulo: Edusp, 2007.

ADEPARÁ, Instrução Normativa Nº 001 de 06 de maio de 2016. Dispõe sobre o regulamento técnico de produção da maniva cozida e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Pará**: Poder Executivo, Belém, ano 125, n. 33.123, p. 19-20, mai. 2016.

ALMEIDA, R. A., PAULINO, E. T. **Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária**: breves considerações. Geografia, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000.

ALMEIDA, R. H. **Territorialização do campesinato no sudeste do Pará**. Belém. NAEA, 2012.

ALVES, Admar Bezerra. **Análise de desempenho de cadeias produtivas agroindustriais da mandioca**: estudo de casos nas principais regiões de produção do Brasil. (Tese de Mestrado). 2012. 160 f.

ALVES, R. N. B. *et al.* **Sistema de produção de maniçobeira no Estado do Pará**. – Belém, PA : Embrapa Amazônia Oriental, 2018. 28 p.

BAUER, M.; JOVCHELOVITCH, S. Entrevista narrativa. In BAUER, M. W.; GASKAELL, G. (Org) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BELÉM: **MPE expede recomendação aos supermercados sobre regras para comércio de derivados da mandioca**. Disponível em <https://mppa.jusbrasil.com.br/noticias/112333551/belem-mpe-expede-recomendacao-aosupermercados-sobre-regras-para-comercio-de-derivados-da-mandioca?ref=serp>. Acessado em 3 de abril de 2019

CARDOSO, A. dos S. **Aproveitamento de área de arrancador para o cultivo de maniçobeira para a produção de folha**. Santo Antônio do Tauá: Emater Pará, 2015. 13 p.

CASTRO, Edna. **Tradição e modernidade**: a propósito de processo de trabalho na Amazônia. Novos Cadernos NAEA, v. 2, nº 1, p. 75 - 94, 1999.

CIARINI, Bruna Luiza Pereira. **Breve histórico da maniva pré-cozida na Associação de Moradores e Produtores de Traquateua da Ponta**: Uma atividade sustentável ou não? – Castanhal: IFPA Campus Castanhal, 2016. 74 f.: il

CONCEIÇÃO, M. **Políticas e colonos na Bragantina, estado do Pará**: um trem, a terra e a mandioca. 1990. 319f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

COSTA, F. A. (1995). **O investimento camponês**: Considerações teóricas. Revista de Economia Política, 15(1):83–100.

COSTA, F. A. **Racionalidade camponesa e sustentabilidade**. Belém: NAEA/UFPA, 1994. (Paper do NAEA, n. 29)

COSTA, Francisco de Assis. **Economia Camponesa nas Fronteiras do Capitalismo**. Série II - Fundamentos Teóricos Metodológicos. Livro 1. Belém: NAEA, 2012.

COSTA, Francisco de Assis. **Programa de Fortalecimento Da Agricultura Familiar (PRONAF) na Região Norte: contexto e impactos**. Belém. Novos Cadernos NAEA, v. 4 nº 1. p.73 – 102. 2001.

FARIA, A. M. de M. **A não consolidação das previsões clássicas do fim do campesinato sob o capitalismo: uma resenha**. Revista de Estudos Sociais. v. 3, n. 6 (2001).

GROULX, L-H. Contribuição da pesquisa qualitativa a pesquisa social. In POUPART, J. et alii. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

HÉBETTE, Jean; MOREIRA, Edna Silva. Metamorfoses de um Campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu Paraenses. In: GODOI, Emilia Pietra fesa de.; MENEZES, Marilda Aparecida de; ACEVEDO, Rosa.(orgs). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**. V. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

HOBBSAWM, Eric. **Os Camponeses e a Política**. In: Pessoas extraordinárias: Resistência, Rebelião e Jazz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LEANDRO, Leonardo Milanez de Lima; SILVA, Fábio Carlos da. **Contribuição à interpretação da constituição do campesinato na zona bragantina do estado do Pará**. Belém: Papers do NAEA Nº 272, 2010.

MARQUES, G. de S., MARQUES, I. R. **Luta camponesa e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Sundermann, 2015.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis. Vozes, 1981.

NASCIMENTO, Antônio Arthur Cruz do, ALBUQUERQUE, Jadson. **O território camponês e o agronegócio do dendê na Agrovila de Santa Terezinha, Castanhal-PA**. 2015. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Geografia) – Universidade do Estado do Pará, Vigia de Nazaré, 2015.

NASCIMENTO, Antônio Arthur Cruz do. **Agricultura camponesa, sustentabilidade e estabilização territorial em Santo Antônio do Tauá-PA**. 2017. 2017. 64 f. Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental e Manejo de Paisagem, Belém, 2017.

OLIVEIRA, A. U. de. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991, - (Coleção Caminhos da Geografia).

PALHETA, I. G. V. **O uso da terra em Tauá-Vigia, Estado do Pará.** São Paulo: IGEOUSP, 1980, v.1.

PONTES, B. M. S. **A organização da unidade econômica camponesa:** alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. Presidente Prudente. Revista NERA, Ano 8, n. 7 pp. 35-47 Jul./Dez. 2005.

PORTO-GONÇALVES, C.W. (2001). **Amazônia, Amazôniaas.** São Paulo: Contexto.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil:** entre a troca mercantil e a reciprocidade. Traduzido por Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SEVILLA, E. G., MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** Tradução Ênio Guterres e Horacio Martins de Carvalho. 3ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2005. 96 p.

SILVA, Ligia Maria Osório. **Lenin:** A questão agrária na Rússia. *_Rev_Critica_Marxista* - 5,2012. Disponível em https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo283Artigo%206.pdf

SOUSA, Rafael Benevides de. **A recriação camponesa na brecha da agricultura capitalista:** um estudo na comunidade de Arapiranga no município de Concórdia do Pará. 214. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho:** estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2ª ed. Editora Hicutech, São Paulo, 1984.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. **A formação territorial do espaço paraense:** dos fortes à criação de municípios. Revista ACTA Geográfica, ANO II, nº3, jan./jun. de 2008. p.59-83. VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato.** Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária.** Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato:** rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 21, 2004, p. 42-61.

WOORTMANN, K. **“Com Parente Não se neguceia”** o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico/87. DF: Editora universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

ZACARIAS, C. H. **Avaliação da exposição de trabalhadores de casas-de-farinha ao ácido cianídrico proveniente da mandioca, Manihot esculenta, Crantz, no Agreste Alagoano.** Dissertação (mestrado) – Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo. Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas. São Paulo, 2011. 147 f.